

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i> | Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i> | Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdec@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 712/2018-PGJ, DE 21.2.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila 8 (oito) dias de férias remanescentes, sendo 2 (dois) dias referentes ao período aquisitivo 2007/2008 e 6 (seis) dias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, a serem usufruídos a partir de 21.2.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 710/2018-PGJ, DE 20.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Corumbá, Viviane Zuffo Vargas Amaro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, no dia 20.2.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 713/2018-PGJ, DE 21.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 31.1 a 3.2.2018, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 714/2018-PGJ, DE 21.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

| PROMOTOR DE JUSTIÇA | PLANTÃO | DIAS DE GOZO |
|----------------------------------|-------------------------------|----------------|
| Adriano Barrozo da Silva | 17.12.2017 | 23.2.2018 |
| Bianka Machado Arruda Mendes | 3 e 4.2.2018 | 14 e 15.5.2018 |
| Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa | 24.10.2015 | 23.2.2018 |
| Tiago Di Giulio Freire | 11, 13 e 14.8, 24 e 25.9.2016 | 7 a 11.5.2018 |

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 715/2018-PGJ, DE 21.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20.12.2017 a 6.1.2018, por ter atuado no período de 20 a 28.12.2017, a serem usufruídos no período de 7 a 11.5.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 716/2018-PGJ, DE 21.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes 3 (três) dias de compensação por sua atuação perante o Mutirão do Júri nos dias 20.2, 20.3 e 15.5.2017, a serem usufruídos nos dias 2, 3 e 4.5.2018, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 717/2018-PGJ, DE 21.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 22.2.2018, a Portaria nº 202/2017-PGJ, de 23.1.2017, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira para atuar perante a 54ª Zona Eleitoral.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 718/2018-PGJ, DE 21.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 54ª Zona Eleitoral, a partir de 22.2.2018, pelo período de 2 (dois) anos.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 719/2018-PGJ, DE 21.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, na parte que escalou o período de conversão do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker, de forma que, onde consta: Período de conversão – 26.2 a 7.3.2018, passe a constar: Período de conversão – 26.3 a 4.4.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 720/2018-PGJ, DE 21.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar o Promotor de Justiça abaixo relacionado na Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2018:

| PROMOTOR DE JUSTIÇA | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
|----------------------------|-----------------------------|------------|------------|----------------------|
| | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| William Marra Silva Junior | | | | 1º a 10.3.2018 |

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 707/2018-PGJ, DE 20.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 22.2.2018, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Débora Batista Miranda, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

1. Expedientes:**1.1. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:****1.1.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000011-8.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000880-0.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000383-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000044-0.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000089-1.

3. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000148-3.

4. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001081-0.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001696-9.

6. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000079-5.

7. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001062-0.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001264-0.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000743-7.
- Inquérito Civil nº 4/2017.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000261-3.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000420-0.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000007-7.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000301-2.

13. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001179-6.

14. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001380-6.

15. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 2/2014.
- Inquérito Civil nº 24/2015.
- Inquérito Civil nº 1/2016.

16. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001392-4.

17. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001444-5.

1.1.2. CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000570-2.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000380-0.

2. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000241-2.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001271-8.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001596-6.

4. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001536-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000912-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000367-0.

5. 46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001446-0.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000129-1.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000090-3.

8. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000740-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001388-3.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001974-4.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001910-0.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000259-0.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001120-8.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001032-7.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001398-3.

14. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002130-6.

15. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 17/2014.
- Inquérito Civil nº 25/2015.

1.1.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000120-0.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000377-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001223-0.

2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000665-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000931-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001664-7.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001333-9.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001906-6.

5. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000282-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000737-7.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000003-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001114-1.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000292-4.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000366-7.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001601-4.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 10/2015.
- Inquérito Civil nº 4/2016.
- Inquérito Civil nº 3/2016.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante:

- Inquérito Civil nº 7/2015.
- Inquérito Civil nº 2/2016.

1.1.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000261-2.

2. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000224-5.

3. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000844-3.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000789-2.

5. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000975-7.

1.1.5. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000008-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000035-5.

2. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001309-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000517-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001071-6.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000131-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000673-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000921-0.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001579-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001514-4.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000320-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000960-2.

4. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001315-7.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001593-3.

5. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000635-6.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000079-1.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000379-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001264-0.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000580-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000761-5.
- Inquérito Civil nº 10/2016.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001121-9.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000797-7.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000231-2.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000831-0.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000952-4.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000941-3.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001559-9.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000423-0.

13. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000967-5.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000334-5.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000260-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000272-4.

15. Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000016-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001592-2.

16. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.0001967-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001040-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001368-3.

17. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001380-6.

18. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 20/2014.
- Inquérito Civil nº 7/2016.

19. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001703-5.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001698-0.

20. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001205-1.

21. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000739-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001019-7.

22. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000284-5.

23. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000016-2.

24. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000633-8.

Adiado o julgamento para esta sessão, a pedido do Relator.

1.1.6. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000090-3.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000087-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001321-7.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001334-0.

4. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000065-1.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000921-3.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000072-2.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002101-7.

8. 9ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002383-7.

9. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000001-1.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001033-8.

11. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 21/2016.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001076-4.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000123-6.

14. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000266-7.

1.1.7. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000927-5.

2. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001246-2.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001415-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001595-5.

4. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001229-5.

5. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001353-5.

6. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000415-8.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000806-5.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001387-2.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001552-2.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000944-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000018-8.

9. 9ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001860-1.

10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000012-5.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000080-3.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000096-9.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

- Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001581-1.

13. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001201-8.

14. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000085-5.

15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000258-0.

16. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000973-1.

17. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001441-6.

1.1.8. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 20.2.2018, por ausência justificada da Relatora.

1. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000495-8.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000398-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000225-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001079-3.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000881-4.

2. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.0001742-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.0001465-0.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000390-8.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000537-2.

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001149-6.
 - Inquérito Civil nº 06.2017.00000383-0.
- 4. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001222-9.
 - Inquérito Civil nº 06.2017.00000860-3.
 - Inquérito Civil nº 06.2016.00001481-2.
- 5. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001002-7.
- 6. Procuradoria-Geral de Justiça:**
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000109-0.
 - Inquérito Civil nº 06.2016.00001442-3.
- 7. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.0000816-9.
 - Inquérito Civil nº 7/2013.
- 8. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001073-1.
 - Inquérito Civil nº 06.2017.00000909-0.
 - Inquérito Civil nº 2/2016.
 - Inquérito Civil nº 41/2011.
- 9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**
- Inquérito Civil nº 06.2017.0000896-9.
- 10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.0001026-4.
 - Inquérito Civil nº 06.2016.00000725-5.
- 11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000036-9.
 - Inquérito Civil nº 06.2016.00001357-9.
- 12. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001122-0.
- 13. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**
- Inquérito Civil nº 3/2013.
- 14. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000665-6.
 - Inquérito Civil nº 06.2016.00000496-9.
 - Inquérito Civil nº 06.2016.00001512-2.
- 15. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000912-0.
 - Inquérito Civil nº 06.2016.00000939-7.
 - Inquérito Civil nº 06.2016.00000530-2.
- 16. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000028-8.
 - Inquérito Civil nº 06.2016.00000750-0.

17. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000072-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000916-8.

18. Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.0001406-0.

19. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000053-0.
- Inquérito Civil nº 48/2014.

20. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001337-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000026-6.

21. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000731-5.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000833-6.
- Inquérito Civil nº 14/2016.

22. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001409-0.
- Inquérito Civil nº 3/2014.

23. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.0000986-8.

24. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001192-0.

25. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 20/2011.

26. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Inquérito Civil nº 4/2015.

27. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Inquérito Civil nº 12/2016.

28. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 4/2015.

29. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 22/2016.
- Inquérito Civil nº 26/2016.

30. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 8/2016.

b. Expedientes:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

- Inquérito Civil nº 8/2014.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000713-7.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000435-1.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000321-9.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000062-5.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000466-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000048-8.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000405-1.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000115-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000244-2.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000968-6.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000505-7.

11. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000802-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000593-5.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000052-5.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000547-9.

13. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

- Inquérito Civil nº 30/2012.

14. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000523-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000235-3.

15. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000914-2.

16. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001273-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001272-9.

17. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000625-6.

18. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001172-6.

19. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000050-7.

20. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000431-4.

21. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000144-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000268-2.

22. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001230-7.

23. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001212-9.

24. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001558-8.

25. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001220-7.

26. Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000129-1

1.1.9. CONSELHEIRO HELTON FONSECA BERNARDES:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001555-5.

2. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000052-9.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000981-0.

4. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001393-9.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001395-0.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001042-0.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 15/2014.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000873-6.

2. Ordem do dia:**2.1. Matéria Administrativa:**

2.1.1. Requerimento subscrito pela Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo em que solicita a alteração da Ata nº 28/2017, da Reunião Ordinária do Conselho Superior do MP, do dia 29 de agosto de 2017.

2.1.2. Remoções e Promoções:**1. Processo PGJ/10/4267/2017**

Expediente: Aviso nº 82/2017/CSMP, de 29.11.2017, publicado no DOMP/MS nº 1635, de 30.11.2017.

Assunto: Remoção pelo critério de antiguidade e promoção pelo critério de antiguidade para a 17ª Promotoria de Justiça

da comarca de Dourados, entrância especial.

Inscritos para remoção: Drs. Luiz Gustavo Camacho Terçariol, Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho e Ludmila de Paula Castro Silva.

Inscritos para promoção: Drs. Fernanda Proença Azambuja e Thiago Barbosa da Silva.

2. Processo PGJ/10/4260/2017

Expediente: Aviso nº 83/2017/CSMP, de 29.11.2017, publicado no DOMP/MS nº 1635, de 30.11.2017.

Assunto: Remoção pelo critério de merecimento e promoção pelo critério de merecimento para a 75ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, entrância especial.

Inscritos para remoção: Drs. Marcos Fernandes Sisti, Ana Lara Camargo de Castro, Eduardo José Rizkallah, Amilcar Araújo Carneiro Júnior, Helen Neves Dutra da Silva, Julio Bilemjian Ribeiro, Élcio Félix D'Angelo, Fernando Martins Zaua, Izonildo Gonçalves de Assunção Júnior, Juliano Albuquerque, Ricardo de Melo Alves, Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, Camila Augusta Calarge Doreto e Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho.

Inscritos para promoção: Drs. Suzi Lúcia Silvestre da Cruz D'Angelo, Wilson Canci Júnior, Clarrisa Carlotto Torres, Estéfano Rocha Rodrigues Silva, Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira e Fabrício Secafen Mingati.

Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

3. Processo PGJ/10/4319/2017

Expediente: Aviso nº 84/2017/CSMP, de 6.12.2017, publicado no DOMP/MS nº 1640, de 7.12.2017.

Assunto: Remoção pelo critério de antiguidade e promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda entrância.

Inscritos para remoção: Não houve.

Inscritos para promoção: Drs. Thiago Bonfatti Martins, Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro e Bianka Machado Arruda Mendes.

Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.2.1. Processos com pedido de prorrogação de prazo:

1. Inquérito Civil nº 2/2011

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Cobrar a efetivação do procedimento licitatório tendente a regularizar o funcionamento das cantinas instaladas nos estabelecimentos penais de Campo Grande (MS), nos moldes do TAC firmado entre o Parquet e a AGEPEP.

Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto

2. Inquérito Civil nº 4/2010

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar a falta de estrutura física hospitalar do Município de Nioaque para realização de partos, apurar também a falta de primeiros socorros e providências hospitalares, em caso de politraumatismo decorrentes de acidente de trânsito e outros acidentes, de acordo com as normas de saúde pertinentes, para posterior encaminhamento, de forma rápida e segura, a unidades de saúde especializadas da região ou da Capital do Estado.

Relator Conselheiro Belmiros Soles Ribeiro

2.2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 29/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Escola Municipal Danda Nunes, consistentes em arbitrariedades cometidas pela Diretora da referida Escola.

2. Inquérito Civil nº 21/2012

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em razão da utilização de recursos de conta bancária do Poder Judiciário de Sete Quedas para custear despesas com assinatura de revistas, internet e TV a cabo, as quais, de acordo com a Corregedoria-Geral de Justiça, não foram autorizadas.

3. Inquérito Civil nº 19/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar eventuais contratações desnecessárias e favorecimento em licitações, pela Prefeitura do Município de Bonito/MS, consubstanciadas em atos de improbidade administrativa conforme irregularidades apontadas na Manifestação nº 11.2015.00001355-2, da Ouvidoria do MPE-MS.

4. Inquérito Civil nº 9/REM/2015

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar o superfaturamento na aquisição de máquinas pela Gerência de Obras.

5. Inquérito Civil nº 24/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marlon Batista Gabriel

Assunto: Verificar conduta de servidor público municipal.

6. Inquérito Civil nº 22/2013

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Procurador-Geral do Município

Requerido: A apurar

Assunto: Investigar a responsabilidade sobre o abandono de medicamentos com prazo de validade vencido da Gerência de Saúde da Prefeitura de Aquidauana.

7. Inquérito Civil nº 41/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Dourados

Assunto: Apurar eventual descumprimento de decisão judicial exarada nos autos nº 0801630-62.2011.8.12.0002 que condena o município de Dourados a regularizar a sobreposição de áreas entre o Jardim Leste e Jardim Maracanã.

8. Inquérito Civil nº 74/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Associação Brasileira de Crédito e Desenvolvimento da Educação e do Esporte - ABCDE e a Secretária Municipal de Educação

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Convênio firmado entre o município de Dourados e Associação Brasileira de Crédito e Desenvolvimento da Educação e do Esporte - ABCDE.

9. Inquérito Civil nº 21/2011

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sete Quedas/MS

Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público decorrente da alienação das instalações de um complexo de armazenamento e secagem de grãos, alocados no Imóvel Urbano sobre a quadra 123, pertencentes ao município de Sete Quedas-MS e o cumprimento do respectivo Contrato de Venda nº 09/2009.

10. Inquérito Civil nº 1/2008

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Yporã Agroenergia Ltda.

Assunto: Apurar inúmeras inadequações e irregularidade apontada na análise e Parecer Técnico nº 031/DAEX/2008, as quais prejudicam sobremaneira o correto Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental.

11. Inquérito Civil nº 06.2016.00000920- 9

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Dispensa de Licitação nº 111/2015 que teve por objeto a contratação dos serviços relativos à realização do Concurso Público de Provas e Títulos para o Quadro de Pessoal da Prefeitura de Dourados/MS.

12. Inquérito Civil nº 06.2016.00000651-2

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar possível ofensa à garantia do Estado Laico consistente no patrocínio de show gospel por parte do governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

13. Inquérito Civil nº 06.2017.00000034-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as denúncias de irregularidades no cumprimento da jornada de trabalho dos servidores municipais de saúde e ausência de medicamentos na farmácia básica da Prefeitura Municipal.

2.2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 32/2014**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa no âmbito do município de Itaporã, tendo em vista eventual irregularidade acerca do Decreto nº 082/2014, que fixa normas e procedimentos administrativos relativos ao encerramento da execução orçamentária e financeira do exercício de 2014.

2. Inquérito Civil nº 18/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Roberto Luiz Ferrari

Assunto: Apurar a notícia de prática de desmatamento em área de preservação permanente do Rio Taquari, na propriedade rural denominada fazenda Cachoeirinha, neste Município, sem autorização ambiental.

3. Inquérito Civil nº 7/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo/MS

Assunto: Apurar a legalidade do pagamento de adicional de hora-extra à servidora pública municipal Simone Moraes Dias Hartelsberger, bem como a situação funcional do Servidor Luiz Carlos Sodário.

4. Inquérito Civil nº 9/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no processo legislativo da Lei Municipal nº 2.268/2012.

5. Inquérito Civil nº 25/2013

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Estadual de Segurança Pública

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa em decorrência do mau funcionamento do Núcleo Médico Legal de Dourados.

6. Inquérito Civil nº 39/2014

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerentes: Ministério Público Estadual e o Operário Atlético Clube

Requeridos: Liga Esportiva Douradense e o município de Dourados

Assunto: Apurar irregularidades praticadas no Estádio de Futebol Napoleão Francisco de Souza, conhecido como “Estádio da Leda”, consistente em execução das atividades desprovida de licença ambiental, alvará de funcionamento ambiental e certificado do bombeiro, em desacordo com a legislação vigente.

7. Inquérito Civil nº 1/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Andradina/MS

Assunto: Apurar eventual ato ilegal praticado pela Prefeitura Municipal de Nova Andradina, consistente na doação irregular de terrenos que compõem o Conjunto Habitacional Universitário e Conjunto Habitacional Universitário II, na cidade de Nova Andradina.

8. Inquérito Civil nº 14/2015 (Sigiloso)

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia.

9. Inquérito Civil nº 30/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque/MS

Assunto: Verificar possível ocorrência de supressão de pagamentos de verbas salariais dos servidores públicos municipais.

10. Inquérito Civil nº 4/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar os motivos da paralisação da obra de pavimentação asfáltica das ruas João Canuto da Silva, Benevides, Kid Costa, Coronel Manito e Duailib, no bairro Senhor Divino.

11. Inquérito Civil nº 44/2012

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fundação Educacional de Coxim - FEC

Assunto: Apurar suposto aumento abusivo das mensalidades escolares do Colégio Julieta Mota Santos para o ano letivo de 2013.

12. Inquérito Civil nº 46/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa mediante suposta fraude de licitação na contratação de empresa prestadora de serviço de som e fornecimento de infraestrutura, em Coxim-MS.

13. Inquérito Civil nº 55/2011

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de emprego irregular de verbas públicas oriundas do FUNDEF pelo ex-prefeito municipal Mário Alberto Kruger.

14. Inquérito Civil nº 06.2016.00000307-0

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande e outro

Assunto: Investigar a conduta do Município de Campo Grande/MS no tocante ao processo de concessão de licenciamento ambiental de atividades de comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos.

2.2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 1/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wilson Fonseca Cabral

Assunto: Apurar possível dano ambiental na fazenda Rancho Alegre decorrente da exploração de piscicultura sem o devido licenciamento ambiental.

2. Inquérito Civil nº 53/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual dano ao erário público municipal em decorrência do remanejamento de áreas localizadas no loteamento denominado bairro Jardim.

3. Inquérito Civil nº 29/2015

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranhos

Assunto: Apurar se estão sendo executadas, pela Gestão Estadual e Municipal de Saúde de Paranhos, as ações de prevenção/controlar vetorial no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, bem como se existe e está sendo devidamente executado o Plano de Contingência para prevenção e enfrentamento da microcefalia relacionada ao Zika Vírus.

4. Inquérito Civil nº 55/2013

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ladário/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas contratações efetuadas pelo Município de Ladário/MS no que diz respeito aos cargos de chefia do Programa de Estratégia de Saúde da Família - ESF's - e dos Postos de Saúde da Família - PSF's, afastando a obrigatoriedade da designação de funcionários públicos pertencentes ao quadro de Provimento Efetivo, conforme a Lei Municipal nº 817/2008.

5. Inquérito Civil nº 47/2013

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Márcia Pires de Araújo (Estância Scharf)

Assunto: Regularização ambiental da propriedade, consoante diagnóstico ambiental realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Andradina, através da Empresa Toposat Ambiental.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000480-3

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar ocorrência de eventual ilícito ambiental, consistente em poluição sonora e perturbação de sossego público, no estabelecimento denominado FÊNIX BAR, em Dourados/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00000782-2

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Leite Pereira Junior

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na conduta de João Leite Pereira Júnior, que ocupava o cargo de gerente administrativo na Unidade de Acolhimento Adulto "Pro Dia Nascer Feliz".

8. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000796-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Brilhante

Assunto: Apurar eventual conduta omissiva do Município de Rio Brilhante quanto à adoção de providências para impedir que espaços públicos, sejam utilizados como depósito irregular de entulhos e lixos, além da falta de limpeza adequada nestes locais.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001119-6

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Expresso Queiroz Ltda.

Assunto: Averiguar possíveis irregularidades nas vendas de passagens com obrigatoriedade de compra de Seguro Facultativo Individual, em contrariedade ao disposto no art. 39, inciso I, do CDC c/c art. 1.º, da Portaria AGEPAN 107/2014.

10. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001731-3

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual falta de alvarás de funcionamento, bem como frequência de menores no estabelecimento comercial "Pub São Jorge".

11. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001791-3

1.ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Leonel Lemos de Souza Brito

Assunto: Apurar eventual responsabilidade do ex-prefeito do Município de Bonito/MS, Leonel Lemos de Souza Brito, na contratação irregular de empresa especializada em prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de compras, licitações e contratos administrativos.

2.2.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil nº 5/2011**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Cachoeira município de Bandeirantes

Assunto: Apurar a existência de desmatamento ilegal provocado pela construção de uma estrada em área de reserva legal sem a devida licença ambiental, localizada na Fazenda Cachoeira no município de Bandeirantes/MS.

2. Inquérito Civil nº 14/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Alcínópolis

Assunto: Apurar eventual desídia por parte da Prefeitura Municipal de Alcínópolis/MS, quanto à alocação de montante orçamentário determinado no Precatório de Requisição de Pagamento nº 0040238-71.2011.8.12.0000, bem como possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

3. Procedimento Preparatório nº 32/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Educação de Bela Vista

Assunto: Apurar a legalidade da corrente prática da Secretária de Educação de Bela Vista, Marili Diana Diniz, em (i) deixar a classe Maternal I (crianças de 0 01 ano e 11 meses) sem professores capacitados, mas apenas com auxiliares sem nível superior; (ii) reduzir a carga horária dos CEINs para funcionar somente até as 15h; (iii) falta de estrutura física dos CEINS (alagamentos por causa de chuvas, paredes com infiltrações e mofo, etc.); (iv) suspensão do atendimento nos CEINs quando há chuva ou a sala conta com menos de 05 alunos; (v) apenas um professor em sala com mais de 15 alunos.

4. Inquérito Civil nº 51/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar responsabilidade dos danos ambientais causados na represa natural existente às margens da Rodovia MS-384, localizada dentro dos limites do município de Caracol/MS.

5. Inquérito Civil nº 31/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerentes: Camila Reinoso Lemos e a Ouvidoria do Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual negligência do município de Bonito, com relação às condições de trabalho dos guarda-vidas no Balneário Municipal, bem como eventual omissão na fiscalização de medidas de prevenção de acidentes no atrativo passeio de bote.

6. Inquérito Civil nº 9/2014

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de esgotamento sanitário e de água potável na totalidade do município de Brasilândia.

7. Inquérito Civil nº 6/2017

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município São Gabriel do Oeste e S.G.O. Empreendimentos Ltda.-ME

Assunto: Apurar a regularidade do pedido de desmembramento do Lote 1, Quadra 07, com área total de 12.952,91 m², do Loteamento Santa Luzia I, objeto de matrícula nº 14.649 do CRI de São Gabriel do Oeste, no que concerne à infraestrutura básica.

8. Inquérito Civil nº 77/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ziei Ferreira da Costa Sejas

Assunto: Apurar eventual irregularidade no fato de a servidora da Prefeitura Municipal de Campo Grande Ziei Ferreira da Costa Sejas, apesar de estar afastada para tratamento de saúde, continuar exercendo suas atividades como professora na Escola Estadual Professora Maria Lourdes Widal Roma, além da Universidade Anhanguera Uniderp.

9. Inquérito Civil nº 26/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no âmbito da Escola Municipal João Evangelista Vieira de Almeida, as quais consistem na falta de guarda diurno, falta de monitor de alunos para o turno vespertino e as ocorridas no âmbito da biblioteca.

10. Inquérito Civil nº 9/2017

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no funcionamento dos serviços funerários em Coxim/MS.

11. Inquérito Civil nº 26/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Andradina/MS

Assunto: Apurar a existência de irregularidades nas doações de terrenos que compõem o Conjunto Habitacional Bela Vista III, criado pela Lei Municipal nº 1.086, de 9 de novembro de 2012, na cidade de Nova Andradina/MS.

12. Inquérito Civil nº 5/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao meio ambiente urbano e à saúde da população, causados pela empresa Parati Armazéns Gerais Ltda, neste município de Itaporã.

13. Inquérito Civil nº 15/2014

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa

Assunto: Apurar se a Associação Beneficente de Campo Grande (Hospital Santa Casa) implantou as medidas de segurança determinadas na Notificação - Exigência de Vistoria nº 405/SST/6ºGB/2013, emitida pelo Corpo de Bombeiros Militar nos moldes da Lei Estadual nº 4.335/2013, referentes ao sistema preventivo de combate a incêndio, pânico e outros riscos; bem como se o Hospital obteve o Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

14. Inquérito Civil nº 99/2013

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Averiguar a ausência de material odontológico no Centro Odontológico Especial.

2.2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000012-9**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wilton Melo Acosta

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas pelo Sr. W. M. A. no comando da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul - FUNTRAB, como contratações irregulares de comissionados, não pagamento de verbas devidas e prática de nepotismo.

Retirado de pauta na reunião do dia 20.2.2018, por ausência justificada da Relatora.

2.2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 1/2017**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde Mato Grosso

Assunto: Apurar suposta ilegalidade dos pregões nº 125/2016 e 126/2016 do Município de Rio Verde de Mato Grosso, em razão de eventual violação ao disposto no artigo 4º, I, II e IV, da Lei nº 10.520/2002.

2. Inquérito Civil nº 06.2015.00000165-7

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: SESAU - Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000221-6

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A.F.S.

Assunto: Apurar irregularidade em contratação temporária.

2.2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 28/2016**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar a implantação municipal de atendimento socioeducativo e sobre a inclusão de instrumentos de práticas restaurativas nos referidos planos.

Retirado de pauta na reunião do dia 20.2.2018, por ausência justificada da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 7/2017

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Coxim

Assunto: Apurar possível desvio de função de servidor público (Manifestação nº 11.2016.00005083-0).

Retirado de pauta na reunião do dia 20.2.2018, por ausência justificada da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 30/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Apurar o descumprimento às exigências do arts. 48, parágrafo único, incisos II e III, e 48 -A, da Lei Complementar 101/2000, da vigência de convênio celebrado entre o Estado e o Município.

Retirado de pauta na reunião do dia 20.2.2018, por ausência justificada da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 6/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Terenos

Requerentes: Ministério Público Estadual e Zenilson Gomes

Requerido: A apurar

Assunto: Visando averiguar as informações trazidas pelo requerente no que se refere ao suposto ato de desvio de função por parte do Departamento Municipal de Saúde, quanto aos acompanhantes dos motoristas de ambulância no município de Terenos.

Retirado de pauta na reunião do dia 20.2.2018, por ausência justificada da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 18/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais danos à saúde da população da cidade de Douradina/MS, tendo em vista as inúmeras irregularidades/ilegalidades constatadas nas unidades de saúde municipal pelo COREN/MS e pela Coordenadoria Estadual de Controle, Avaliação e Auditoria vinculada à Secretaria de Estado de Saúde.

Retirado de pauta na reunião do dia 20.2.2018, por ausência justificada da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 10/2009

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Coxim

Assunto: Apurar irregularidades no Processo Licitatório nº 038/2009.

Retirado de pauta na reunião do dia 20.2.2018, por ausência justificada da Relatora.

2.2.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO HELTON FONSECA BERNARDES:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000227-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, decorrente da concessão indevida de licença a funcionárias públicas municipais de Bandeirantes/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000648-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a suposta prática de pesca proibida, objeto do Auto de Infração IMASUL n. 23315.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000792-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que o servidor José Martucci, atualmente afastado do cargo para desempenhar a função de Presidente do Sindicato de Servidores, exerce supostamente de maneira irregular trabalho de motorista de ônibus e van para a empresa Copertran.

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 6 DE FEVEREIRO DE 2018.**1. Expedientes:****1.3. TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ENCAMINHADOS AO CONSELHO:**

1.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO: 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai: Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 6/2015. Compromissários: Jeferson Chiodelli e Waldir Silveira Dutra.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho conheceu e homologou o TAC, sem ressalvas.

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00000894-7. Compromissário: VT Brasil Administração e Participação Ltda.

Deliberação: Adiado para a próxima sessão, a pedido do Relator.

1.3.2. CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO: Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas: Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 15/2016. Compromissária: Maracanã Agropecuária Ltda, neste ato representado por José Eduardo Rocha Cabral.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho conheceu e homologou o TAC, sem ressalvas.

1.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO: Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 28/2010. Compromissário: Gerson Gomes de Oliveira – fazenda Maria Catarina.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho conheceu e homologou o TAC, sem ressalvas.

1.3.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA: 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba: Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 4/2016. Compromissária: Prefeitura Municipal de Paranaíba, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Ronaldo José Severino de Lima.
Deliberação: *à unanimidade, o Conselho conheceu e homologou o TAC, sem ressalvas.*

2. Ordem do dia:

2.1. Matéria Administrativa: Eleição do Secretário do Conselho Superior do MP e seu substituto para o mandato de 1 (um) ano.

Deliberação: *O Conselho, por aclamação, elegeu o Conselheiro Helton Fonseca Bernardes para exercer a função de Secretário, ficando pendente, todavia, sua posterior anuência ao cargo, uma vez que, em virtude de estar em usufruto de férias, não se manifestou quanto a sua recondução. Foi eleita a Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo para exercer a função de Secretária Substituta do Conselho Superior do MP.*

2.1.1. Memorando nº 0007/2018/ASSEP2/PGJ, de 15.1.2018, referente ao PA nº 02.2018.00001148-9, para análise pelo Colégio de Procuradores e pelo Conselho Superior do MP da indicação de um representante, de cada colegiado, para compor o Comitê de Gestão Estratégica.

Deliberação: *à unanimidade, o Conselho indicou o nome do Conselheiro Antonio Siufi Neto para compor o Comitê de Gestão Estratégica.*

1.1.2. Aprovar ad referendum a Portaria nº 308/2018–PGJ, de 24.1.2018, que tornou pública a Lista de Antiguidade dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, atualizada até 31 de dezembro de 2017, publicada no DOMP-MS nº 1663, de 29 de janeiro de 2018.

Deliberação: *à unanimidade, o Conselho referendou a Portaria nº 308/2018-PGJ de 24.1.2018 que tornou pública a Lista de Antiguidade dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, atualizada até 31 de dezembro de 2017, publicada no DOMP-MS nº 1663, de 29 de janeiro de 2018, sem nenhuma ressalva.*

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.2.1. Processo com pedido de prorrogação de prazo:

14. Inquérito Civil nº 24/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Camapuã em adotar providências para atender os moradores do Jardim São Bento, vítimas das constantes enchentes do córrego Água Amarela, nesta cidade.

Relator Conselheiro Belmiros Soles Ribeiro

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ EM ADOTAR PROVIDÊNCIAS PARA ATENDER OS MORADORES DO JARDIM SÃO BENTO, VÍTIMAS DAS CONSTANTES ENCHENTES DO CÓRREGO “ÁGUA AMARELA”, EM CAMAPUÃ/MS – ÚLTIMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO – CONCESSÃO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO. Compulsando os autos, verifica-se a necessidade de continuar as investigações porquanto as informações constantes dos autos não foram suficientes para formar o convencimento ministerial, haja vista ser necessário aguardar a resposta do expediente encaminhado à Secretaria Municipal de Obras de Camapuã/MS. Cumpre salientar que o Promotor de Justiça, Dr. Victor Leonardo de Miranda Taveira alegou que as razões do impedimento arguido pelo Promotor de Justiça, Dr. Marcelo Ely (fls. 350/351) não mais persistem, uma vez que a licença concedida para elaboração de dissertação de Mestrado em Direito Internacional Público era apenas de 3 meses, a qual se iniciou em 15.02.2016, devendo assim, os autos serem devolvidos àquela Promotoria de Justiça. Assim, voto pela concessão de prorrogação do prazo, para conclusão do feito, por mais 180 (cento e oitenta) dias.

Deliberação: *à unanimidade, o Conselho votou pela concessão da prorrogação de prazo, para conclusão do feito, por mais 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do voto do Relator.*

2.3. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.3.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000124-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerentes: Desiree de Podestá Etges Rodrigues e Mara Cristina Brandoli Machado

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual irregularidade no concurso público de provas e títulos para provimento de cargos pertencentes ao quadro permanente de pessoal do município de Camapuã-MS, envolvendo o candidato Márcio Fernandes da Silva.

EMENTA: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMAPUÃ/MS –CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS PERTENCENTES AO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ/MS - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – PROVA DOCUMENTAL COMPROVOU A PRESENÇA DO CANDIDATO M.F.S NA PROVA ESCRITA – AUSÊNCIA DE ATOS QUE REMONTAM À PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O concurso público investigado, destinou-se à seleção de candidatos para o preenchimento de cargos pertencentes ao quadro permanente de pessoal do município de Camapuã-MS. Restou constatado nos autos que o candidato investigado realizou a prova escrita do referido concurso, através da Lista de presença, Ata de Sala e da cópia do gabarito, apresentados pela FAPECempresa responsável pela realização do concurso. Assim, não foram verificadas condutas que possam ser enquadradas naquelas previstas pelo artigo 11, da Lei.8429/92, razão pelo qual impõe-se a homologação de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000181-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Ivanie Alves e Izidora Flores

Assunto: Apurar poluição sonora advinda de som em residências localizadas na Rua Bombeira, Residencial Ponta Porã I, neste município.

EMENTA: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS – POLUIÇÃO SONORA – DENÚNCIA – EMISSÃO DE RUÍDOS ACIMA DO NÍVEL PERMITIDO PELA LEI MUNICIPAL – PERTURBAÇÃO DA VIZINHANÇA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – NÃO SE VERIFICOU EMISSÃO DE SOM AUDÍVEL – EMISSÃO DE RUÍDOS ABAIXO DO NÍVEL PERMITIDO EM LEI – AUSÊNCIA DE LESÃO AO MEIO AMBIENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Restou verificado através das vistorias realizadas nos autos, que as residências investigadas estavam emitindo ruídos abaixo dos parâmetros permitidos pela Lei Municipal nº 9605/1998, não havendo razões que justifiquem a continuidade do presente procedimento, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001016-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposto descumprimento de critério de edital referente ao Pregão Presencial n. 284/2014 - Processo n. 87706/2014-83, concernente à qualidade precária dos uniformes e instrumentos de trabalho fornecidos aos Agentes da Agência Municipal de Transporte e Trânsito - AGETTRAN.

EMENTA: 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS – AGETTRAN - PROCESSO LICITATÓRIO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 284/2014 - CONTRATAÇÃO DA EMPRESA MARADUCI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÃO LTDA-ME - DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL – ADOÇÃO DE MEDIDAS PELO ENTE PÚBLICO - AJUIZAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DESCARACTERIZADO - HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Restou devidamente comprovado nos autos que o Pregão Presencial nº 284/2014 realizado pela AGETTRAN, não padeceu de irregularidades passíveis de punição no âmbito da seara administrativa, o que houve fora o descumprimento contratual por parte da empresa vencedora do referido certame, Maraduci Indústria e Comércio de Confecções Ltda, razão pela qual AGETTRAN impetrou ações judiciais pertinentes para tratar do descumprimento das cláusulas contratuais. Desse modo, restou demonstrada a ausência de atos ímprobos aptos a impulsionar a continuidade deste procedimento, razão pela qual impõe-se a homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 11/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Batayporã

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa matizada pela realização de gastos, no âmbito da “Festa do Peão”, em possível ofensa às regras de geração de despesas públicas e inexigibilidade licitatória (LIA, art. 10, VIII).

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BATAYPORÃ/MS – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS CONSAGRADOS PELA MÍDIA – CONTRATAÇÃO DAS DUPLAS SERTANEJAS ZEZÉ DI CAMARGO E LUCIANO E CÉZAR E PAULINHO – COMEMORAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DA CIDADE - OBSERVÂNCIA AOS PRECEITOS LEGAIS – INVIÁVEL ANÁLISE DO MÉRITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. O presente Inquérito Civil foi instaurado após denúncia anônima de que o município de Taquarussu/MS, estaria negligenciando a situação da saúde pública, mas estaria disposto a pagar considerável quantia a duplas sertanejas para festividades de aniversário da cidade, em eventual afronta aos princípios norteadores da administração pública. Porém, após encetadas as diligências, restou constatada a regularidade das contratações diretas realizadas com a municipalidade e os artistas contratados, não cabendo ao órgão ministerial fazer juízo de conveniência dos atos administrativos municipais, vez que não foram verificadas irregularidades nos referidos contratos e tampouco lesões aos cofres públicos, razão pela qual opinamos pelo não prosseguimento do feito.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 19/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Aparecida Morel Pedroso

Assunto: Apurar a notícia de prática de desmatamento, no imóvel rural denominado “Assentamento Nossa Senhora Aparecida”, no município de Coxim, sem autorização ambiental.

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COXIM/MS – MEIO AMBIENTE – ASSENTAMENTO - AUTO DE INFRAÇÃO ORIUNDO DA IMASUL – AUSÊNCIA DE DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL NA MADEIRA ENCONTRADA NA PROPRIEDADE - DILIGÊNCIAS – CONSTATAÇÃO DE MERA IRREGULARIDADE FORMAL - REGULARIDADE JURÍDICA-AMBIENTAL COMPROVADA - ARQUIVAMENTO. Ante a ausência de dano ambiental na propriedade investigada, vez que houve comprovação de que as lascas de madeiras apreendidas não foram extraídas da área de reserva ambiental, bem como não se destinaria ao comércio, constatou-se tratar-se apenas de mera irregularidade administrativa. Assim, não há nos autos razão para o prosseguimento do feito, vez que a propriedade encontra-se em conformidade com a legislação ambiental em vigor e o arquivamento é medida que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 27/2014

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jefferson Ramires Zenatti

Assunto: Registrar notícia indicativa de eventual ocupação irregular da área denominada área pública, localizada defronte o imóvel da rua Arapongas, nº 330, BNH 4º Plano.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS/MS – DENÚNCIA OCUPAÇÃO IRREGULAR DE ÁREA PÚBLICA – DESAPROPRIAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL – ERRO NA INDICAÇÃO DA ÁREA – ERRO NO OCUPANTE DA ÁREA – REAL OCUPANTE JÁ REMOVIDO – SITUAÇÃO REGULARIZADA – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No presente caso, o imóvel ocupado irregularmente não coincidia com o imóvel em que residia o investigado. Após diligências, ficou reconhecido que a real ocupante do imóvel de propriedade do município de Dourados/MS era Maria do Rosário Dias de Almeida. Esta, por sua vez, através da liminar que determinava a imissão na posse pelo município, já foi removida do imóvel, motivo pelo qual restou regularizada a situação. O membro do Ministério Público pugnou pela promoção do arquivamento do feito por perda do objeto, pedido este que voto a favor.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 4/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no encaminhamento de livros escolares, em tese destinados à rede pública de ensino de Mato Grosso do Sul e aparentemente nunca utilizados, para reciclagem.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE/MS – DENÚNCIA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – IRREGULARIDADES NO DESCARTE DE LIVROS DIDÁTICOS – DANO AO ERÁRIO PÚBLICO ESTADUAL – ESCLARECIDO – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO PRESTOU DEVIDAS EXPLICAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O presente caso foi instaurado para apurar irregularidade, após denúncia feita por cidadão ao Ministério Público, o qual denunciou um grande lote de livros didáticos lacrados encaminhados para reciclagem. Após oficial a Secretaria de Estado de Educação de MS, esta prestou os esclarecimentos quantos aos livros, informando se tratar de livros já desatualizados, que não poderiam ser encaminhados às escolas, e que eram chamados de reserva técnica, como livros sobressalentes. Voto para a homologação da promoção de arquivamento do feito, por restarem esclarecidos todos os motivos que levaram à instauração do feito.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 12/2016

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Tropa dos Doze

Assunto: Apurar o isolamento das áreas de passivo ambiental e o reflorestamento das APP.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA FAZENDA TROPA DOS DOZE – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – SITUAÇÃO REGULARIZA CONFORME VISTORIA TÉCNICA – VEGETAÇÃO E CERCA REGULARIZADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista que a propriedade encontra-se devidamente inscrita no CAR, sob nº 0000946, bem como concluiu todas as medidas mitigadoras necessárias para sua regularização, por meio do afastamento da cerca, estando ajustada sua situação ambiental. Assim, não há nos autos razão para o prosseguimento do feito, vez que a propriedade está em conformidade com a legislação ambiental em vigor e o arquivamento é medida que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 8/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade de edificações realizadas em APP, as quais são, também, alagadiças ou de extravasam de enchentes do Rio Taquari.

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM/MS – APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS EM CONSTRUÇÕES CONTÍGUAS A RIO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – SOLO ÚMIDO – LAUDO FAVORÁVEL À CONSTRUÇÃO – ADEQUAMENTO DA CONSTRUÇÃO À DIRIMIÇÃO DE CHANCES DE PERDAS PATRIMONIAIS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. As construções nas áreas no entorno do Rio Taquari, apesar de estarem localizadas em solo úmido, não põem em risco a legislação ambiental. Conforme vistoria técnica, as casas foram elevadas a fim de evitar maiores danos, bem como o fato da rua estar perpendicular ao rio impede a passagem da água em caso de cheias, demonstrando a inexistência de danos ambientais. Assim, impõe-se o arquivamento promovido pela 2ª Promotoria de Justiça.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 11/S/2012

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aer José da Trindade

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Três Irmãos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA FAZENDA TRÊS IRMÃOS EM PARANAÍBA – IRREGULARIDADES SANADAS – EROSÃO DO SOLO CONTIDA - INSCRIÇÃO DO IMÓVEL NO CAR - PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista que o proprietário da Fazenda segue o PRADÉ para controle da erosão

do solo, readequou o corredor da área para isolamento do gado na área degradada, bem como inscreveu o imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR), estando regularizada sua situação ambiental. Inscrito o imóvel rural no CAR junto ao órgão ambiental municipal ou estadual, com a sua identificação e localização da Reserva Legal, estará regular o proprietário perante as novas exigências do Código Florestal em vigor (artigo 18, §4º).

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

11. Inquérito Civil nº 8/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar eventual ilegalidade no emprego de verbas públicas na construção da Academia ao Ar Livre nesta Cidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO/MS – APURAÇÃO DE SUPOSTA IRREGULARIDADE DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS – AUSÊNCIA DE CONDUTA CRIMINOSA IMPROBA OU ATENTATÓRIA AO PATRIMÔNIO PÚBLICO – AUSÊNCIA DE INTERESSE LESADO NA SEARA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – INVIABILIDADE DE INVESTIGAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Pugna-se pela homologação do arquivamento, pois não restou comprovada qualquer conduta criminosa, improba ou atentatória ao Patrimônio Público, bem como não demonstram indícios da prática de crimes contra o patrimônio público e/ou de atos de improbidade administrativa. O Município comprovou nos autos que os recursos utilizados foram provenientes de receita própria, oriunda de contrato celebrado depois de devido procedimento licitatório, com todas as prestações pecuniárias acostadas aos autos. Inviável, desta maneira, a continuidade das investigações, insurgindo imponente a necessidade de homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

12. Inquérito Civil nº 2/2015

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Anselmo Hartmann

Assunto: Investigar o cumprimento da legislação ambiental relativa à instituição, regularização e preservação da área de reserva legal do imóvel rural denominado fazenda Boa Esperança, em Aral Moreira/MS.

EMENTA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ - MS – IRREGULARIDADES AMBIENTAIS ENCONTRADAS NA FAZENDA BOA ESPERANÇA – DESMATAMENTO PARA PLANTIO DE GRÃOS – FIRMAMENTO DO TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – CUMPRIMENTO INTEGRAL – REPLANTIO DE 20% DA ÁREA- REGULARIZAÇÃO PERANTE OS ÓRGÃOS FISCALIZADORES –IRREGULARIDADES SANADAS – ARQUIVAMENTO. Restando comprovado nos autos que o Termo de Ajustamento de Conduta foi cumprido integralmente pelo compromissário e que as medidas necessárias para o alcance da devida proteção ambiental no imóvel, tais como: regularização da área anteriormente comprometida e inscrição no cadastro nos órgãos fiscalizadores, foram devidamente realizados, não há razão para o prosseguimento do feito, vez que a propriedade encontra-se em conformidade com a legislação ambiental em vigor e o arquivamento do feito é medida que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

13. Inquérito Civil nº 7/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ilca Corral Mendes Domingos, Czi Comercio e Serviços de Informática ME, Jean Jose Antunes, Kelly Mendonza Tobias e Ademir Arruda Leão

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa em razão da Prefeitura Municipal de Nioaque/MS, no ano de 2012, em tese, ter contratado empresa para digitalização de documentos e feito o pagamento sem que o serviço tenha sido prestado.

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JUSTIÇA NIOAQUE/MS – AVERIGUAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO CERTAME LICITATÓRIO E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – SERVIÇO PARA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A PREFEITURA – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA O ERÁRIO PÚBLICO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DESCARACTERIZADO - ARQUIVAMENTO. Durante a investigação desse procedimento, não houve indicativo de irregularidades no certame

ou na contratação da CZI COMÉRCIO E SERVIÇOS ME-LTDA, pelo município de Nioaque, vez que restou apurado que a contratação foi realizada nos termos da lei nº 8.666/93, bem como o serviço devidamente prestado àquele ente municipal. Assim, diante da ausência de má-fé e de dano ao erário público municipal, o arquivamento do feito é medida que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

14. Inquérito Civil nº 06.2016.00000253-8

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clínica Renal Dinefro Ltda.

Assunto: Acompanhar as modificações necessárias na Clínica Renal LTDA - DINEFRO, listadas no Relatório de Auditoria Ordinária (Versão Final) SISAUD/SUS n. 200 - Processo n. 27/1536/2015, para garantir eficiência no tratamento renal destinado aos pacientes da região de Dourados/MS.

EMENTA: 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOURADOS – ADEQUAÇÃO DA CLÍNICA RENAL LTDA – DINEFRO – TRATAMENTOS RENAIIS E DIÁLISE – CONVÊNIO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE –DOURADOS/MS – ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE DOURADOS E REGIÃO ATRAVÉS DO SUS – ENCERRAMENTO DO CONVÊNIO COM A MUNICIPALIDADE – HABILITAÇÃO DE DUAS NOVAS CLÍNICAS - CENTRO DE NEFROLOGIA DE DOURADOS/CENED E A UNIDADE CRÍTICA MÉDICA – UCM – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Não subsiste motivos para continuidade das investigações contidas no presente feito, tendo em vista que a CLÍNICA RENAL DINEFRO LTDA, objeto de irregularidades que este órgão ministerial acompanhava, não mais exerce qualquer serviço para a população através do SUS, no município de Dourados/MS. Deste modo, não subsistindo diligências a serem realizadas, e, estando o presente esvaziado quanto o seu objeto, impõe-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

15. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000513-9

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Fábio Luis da Silva

Requerida: Energisa S.A.

Assunto: Apurar a notícia indicativa de eventual interrupção/oscilação constante no fornecimento de energia elétrica pela empresa ENERGISA/MS, nos bairros Jardim Europa, Jardim Mônaco e Altos das Palmeiras, na cidade de Dourados/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA COMARCA DE DOURADOS/MS – REPRESENTAÇÃO - CONCESSIONÁRIA ENERGISA S/A – INTERRUPÇÃO INJUSTIFICADA DE SERVIÇOS – ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Restou constatado nos autos a regularização do serviço prestado pela concessionária Energisa S/A, a qual promoveu a reconfiguração do circuito regional e da rede dos bairros Jardim Mônaco, jardim Europa e Altos da Paineira, bem como procedeu a instalação de chaves para manobras, melhorando a flexibilidade do sistema, ocasionando a melhoria do atendimento dos usuários no município de Dourados/MS. Desse modo, estando regularizadas as irregularidades de outrora, esvaiu-se o objeto inicial que moveu a instauração do procedimento, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

16. Inquérito Civil nº 06.2017.00000981-3

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta prática de abuso de autoridade nos quadros do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, em relação a direitos de intimidade do requerente Fernando Augusto Brasil Ferreira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE/MS – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR EVENTUAL INVASÃO DE PRIVACIDADE E PERSEGUIÇÃO PRATICADO PELA CHEFIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR AO TENENTE-CORONEL DA COORPORAÇÃO – AUSÊNCIA DE ATOS CAPAZES DE FERIR OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SINDICÂNCIA EM DESFAVOR DO REQUERENTE – AVERIGUAÇÃO DA CONDUTA DO INVESTIGADO IN LOCO CONSENTIDA POR AMBAS AS PARTES – AUSÊNCIA DE PROVAS DE PERSEGUIÇÃO OU INVASÃO DE PRIVACIDADE PELOS SINDICANTES - AUSÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA DOS SINDICANTES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - IMPOSSIBILIDADE DE CULPABILIDADE E DE PUNIBILIDADE NA

SEARA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – ARTIGO 23, INCISO I, DA LEI N. 8.429/92 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou devidamente comprovada a ausência das irregularidades denunciadas, vez que não se constatou qualquer ato capaz de configurar invasão de privacidade ou perseguição ao requerente, vez que estava acordado entre as partes que durante o processo de Sindicância poderiam haver a realização de visitas “in loco” pelos sindicantes, e tal, fato não ocasionaria em infringência aos princípios norteadores da Administração Pública. Desse modo, não se averiguou nenhuma ação dolosa perpetrada pela Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, razão pela qual impõe-se o arquivamento do feito.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

17. Inquérito Civil nº 41/2012 (Sigiloso)

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pela remessa do presente feito à comarca de origem, qual seja, a 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Campo Grande, para que sejam encetadas diligências no sentido de se obter as informações elencadas no voto do Relator.

18. Procedimento Preparatório nº 13/2017

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de irregularidades quanto a nomeação de Franciane da Rocha Santos Rozeni para ocupar cargo de provimento em comissão junto à Câmara de Vereadores de Naviraí.

EMENTA: PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVIRAÍ/MS – IMPROBIDADE – INCOMPATIBILIDADE – SERVIDOR PÚBLICO – CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO – CÂMARA MUNICIPAL – SERVIDOR PARENTE EM 2º GRAU DE SERVIDOR PROVIDO EM CARGO ELETIVO – TERMO DE COMPROMISSO DE CONDUTA – SERVIDOR EXONERADO – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Procedimento preparatório que visava apurar irregularidades no exercício de cargo de servidora comissionada que seria irmã de vereador diplomado e em exercício. A incompatibilidade afrontaria a Constituição Estadual de MS, pois o exercício de servidor em grau de parentesco até o terceiro grau com outro membro ou titular de poder é expressamente vedado. Contudo, Através da portaria nº 179/2017, publicada em 09/10/2017 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, a servidora provida em cargo comissionado já foi exonerada, motivo pelo qual é imperioso o arquivamento dos autos, por perda de objeto.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

19. Inquérito Civil nº 5/2016

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o descumprimento por parte dos estabelecimentos comerciais de Nioaque/MS das leis que determinam atendimento prioritário para gestantes, idosos e pessoas com deficiência.

EMENTA: PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE-MS – ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS – INEXISTÊNCIA DE FILAS PREFERENCIAIS A GESTANTES, IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – AUSÊNCIA DE LEI MUNICIPAL OU ESTADUAL – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL – AUSÊNCIA DE OUTRAS RECLAMAÇÕES – DESNECESSIDADE DE NOVAS PROVIDÊNCIAS MINISTERIAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Na Comarca de Nioaque inexistente Lei/Decreto Municipal ou Estadual obrigando estabelecimentos privados a conferir atendimento prioritário, por meio de filas específicas, a gestantes, idosos e pessoas com deficiência. Atendimento prioritário que pode ser efetivado mediante a concessão de passagem nos caixas ordinários. Desse modo, verifica-se que o presente inquérito civil atingiu o seu objetivo, notadamente em razão da ausência de irregularidades aptas a desencadear novas providências ministeriais, sendo, a homologação de arquivamento medida inarredável.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

20. Inquérito Civil nº 5/2017

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa Agropecuária Estrada Sete Placas Ltda.

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na fazenda paraíso, localizada no município de Iguatemi.

EMENTA: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE IGUATEMI/MS – APURAR A OCORRÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS – FAZENDA PARAÍSO – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 38º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TACs celebrados no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

21. Inquérito Civil nº 3/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Batayporã

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Acesso à Transparência pela Prefeitura de Batayporã/MS.

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BATAYPORÃ/MS - INQUÉRITO CIVIL - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE - MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ/MS - CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DA LEI FEDERAL Nº 12.572/2011 - AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PELO MPF - OBJETO IDÊNTICO - LITISPENDÊNCIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO restou comprovado nos autos que o Ministério Público federal no uso de suas atribuições interpôs Ação Civil Pública em face do Executivo Municipal de Batayporã, adotando assim as medidas cabíveis para apuração da implantação do Projeto Brasil Transparente, não havendo razões para adoção de novo apuratório sob a tutela do Ministério Público Estadual, razão pela qual se impõe o arquivamento do presente feito.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

22. Inquérito Civil nº 1/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Municípios de Rio Negro, Rochedo e Corguinho

Assunto: Apurar possível irregularidade na aplicação de recursos públicos para realização de festas carnavalescas neste ano de 2016.

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ROCHEDO/MS – PREFEITURA MUNICIPAL DE ROCHEDO - REALIZAÇÃO DO EVENTO DE CARNAVAL - ANO 2016 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA - OBSERVÂNCIA AOS PRECEITOS LEGAIS – INVIÁVEL ANÁLISE DO MÉRITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. O presente Inquérito Civil foi instaurado após denúncia anônima de que o município de Rochedo/MS, estaria negligenciando na prestação dos serviços essenciais, porém, estaria disposto a pagar considerável quantia para realização do Carnaval 2016, em eventual afronta aos princípios norteadores da administração pública. Porém, após encetadas as diligências, restou constatada a regularidade das contratações realizadas entre a municipalidade e a empresa de eventos, não cabendo ao órgão ministerial fazer juízo de conveniência dos atos administrativos municipais, vez que não foram verificadas irregularidades nos referidos contratos e tampouco lesões aos cofres públicos, razão pela qual opinamos pelo arquivamento do feito.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

23. Inquérito Civil nº 06.2015.00000066-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Estância Quatro Gerações

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Estância Quatro Gerações, localizada na comarca de Nova Andradina/MS, em virtude de queimada realizada na referida propriedade, sem autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NOVA ANDRADINA/MS – ESTÂNCIA QUATRO GERAÇÕES - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL REFERENTE A QUEIMADAS - INCINERAÇÃO DE VEGETAÇÃO EXÓTICA - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - VISTÓRIAS DA POLÍCIA MILITAR – REGULARIZAÇÃO DA PROPRIEDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Não restou

comprovado a presença de danos ambientais noticiados, pois o relatório de vistoria elaborado pela Polícia Militar Ambiental, atestou que a vegetação incinerada restringia-se à exótica, e que não há recursos hídricos no local e porquanto inexistia área de preservação permanente na propriedade. Assim, comprovado a inexistência de danos ambientais passíveis de intervenção e ainda a inscrição da propriedade no CAR, impõe-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

24. Inquérito Civil nº 06.2016.00000359-2

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ki Sabor Produtos Alimentícios Ltda. – ME.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em supostas irregularidades da Empresa Ki Sabor Produtos Alimentícios Ltda. - ME que possui contratos firmados no ano de 2015, junto ao Município de Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 31ª PROMOTORIA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS – PATRIMÔNIO PÚBLICO – DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS- AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - EQUÍVOCO – INVESTIGAÇÃO DE EMPRESAS COM NOMES SIMILARES- CNPJS DIFERENTES – EMPRESAS DISTINTAS – ESTABELECIMENTO COMERCIAL “KI SABOR PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA-ME – CNPJ Nº 02.482.372/0001-2 E ESTABELECIMENTO COMERCIAL KI SABOR ALIMENTOS EIRELI – CNPJ Nº 15.053.265/0001-25 – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO- HOMOLOGAÇÃO. Restou devidamente configurado nos autos que ocorreu um equívoco nas investigações realizadas através do inquérito policial, ou seja, uma confusão em relação à nomenclatura das empresas, pois, investigaram a empresa Ki Sabor Produtos Alimentícios Ltda.-ME CNPJ nº 02.482.372/0001-27, quando a que realmente havia firmado contrato com o ente público municipal, era a Ki Sabor Alimentos Eireli - CNPJ nº 15.053.265/0001-25. Assim, constatou a regularidade da contratação da empresa Ki Sabor Alimentos Eireli, pelo município de Campo Grande, razão pela qual não existem irregularidades a serem perseguidas nos autos, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

25. Inquérito Civil nº 06.2016.00000443-6

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar notícia indicativa de ocupação irregular de área pública, denominada Vila Conquista, localizada na Rua dos Trabalhadores entre os bairros Estrela Porã e Altos do Alvorada, em Dourados-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOURADOS/MS - APURAR NOTÍCIA INDICATIVA DE IRREGULARIDADES URBANÍSTICAS – SUPOSTA OCUPAÇÃO IRREGULAR DE ÁREA PÚBLICA, SITUADO NA QUADRA Nº 2, LOTE 13, DO RESIDENCIAL WALTER BRANDÃO DA SILVA - DOURADOS/MS - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE PROPOSTA PELO MUNICÍPIO DE DOURADOS - EXAURIMENTO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que o presente procedimento perdeu seu objeto, haja vista que o ilícito urbanístico que consistia na ocupação irregular de corredor público situado na Quadra nº. 02, Lote 13, do Residencial Walter Brandão da Silva, em Dourados/MS é matéria já judicializada pela Municipalidade sob o nº 0803822.55.2017.8.12.0002 tendo, inclusive, já obtido pronunciamento judicial. Outrossim, cumpre salientar que não cabe ao representante do Ministério Público promover Ação de Reintegração de Posse em nome e em prol da Municipalidade, haja vista não ser legitimado para tanto. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

26. Inquérito Civil nº 06.2016.00001093-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: M.C.O. da F.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, por M. C. O. da F., tendo em vista veiculação de propaganda de cunho eleitoreiro em "outdoors" espalhados pela cidade, para sua candidatura ao cargo de prefeito em 2016, em possível contrariedade à legislação eleitoral.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS – APURAR IRREGULARIDADES EM PROPAGANDA POLÍTICA VEICULADA EM OUTDOORS – VEREADOR – AUSÊNCIA DE ATO ÍMPROBO – AUSÊNCIA DE CANDIDATURA A QUALQUER CARGO ELETIVO NO ANO

DE 2016 – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – ATOS DE IMPROBIDADES ADMINISTRATIVAS NÃO CONFIGURADOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou comprovado nos autos que não houve, por parte do requerido, o cometimento das irregularidades denunciadas, pois os outdoors, contratados pelo Vereador Mario César foram apenas para divulgar a Lei de Videomonitoramento, de sua autoria, visando propagar a ideia da lei para os municípios e angariar recursos federais para sua ampliação, negando, assim, eventual intenção eleitoreira, visto que ele sequer se candidatou no pleito eleitoral de 2016, afastando a presença de qualquer tipo de irregularidade. Assim, não há justa causa para o prosseguimento da presente investigação e, menos ainda, para a persecução dos fatos em juízo, devendo ser homologada a promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

27. Procedimento Preparatório nº 06.2016.0000049-9

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades que culminaram no atraso de repasses de verbas a estabelecimentos de ensino conveniados com Município de Dourados.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – 16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOURADOS/MS – PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS/MS - APURAR AUSÊNCIA DE REPASSE DE VERBAS PELA MUNICIPALIDADE - ESCOLAS CONVENIADAS – EDUCAÇÃO INFANTIL – AUSÊNCIA DE CONDUTA CRIMINOSA IMPROBA OU ATENTATÓRIA AO PATRIMÔNIO PÚBLICO – AUSÊNCIA DE INTERESSE LESADO NA SEARA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – INVIABILIDADE DE INVESTIGAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Através dos documentos acostados aos autos, comprovou-se que houve regularização dos atrasos e o adimplemento dos contratos denunciados, bem como, inexistiu a rescisão destes, pelo Município de Dourados, de modo que não foram comprovados efetivos prejuízos aos municípios. Ademais, convém ressaltar que eventual atraso nos pagamentos não retrata notícia sobre eventual conduta criminosa, improba ou atentatória ao Patrimônio Público. Assim, ausentes as irregularidades denunciadas, torna-se inviável a continuidade das investigações, insurgindo imponente a necessidade de homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

28. Inquérito Civil nº 06.2017.00000118-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Edvaldo Soares da Silva - ME.

Assunto: Averiguar eventual poluição sonora praticada pelo estabelecimento denominado "Barbosa Acoustic Bar", de propriedade de Edivaldo Soares da Silva-ME, situado na Avenida Antônio Alvino Martins, Bairro Alto, no município de Camapuã-MS.

EMENTA: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMAPUÃ/MS – POLUIÇÃO SONORA – BARBOSA ACUSTIC BAR – EMISSÃO DE RUÍDOS ACIMA DO NÍVEL PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO – PERTURBAÇÃO DA VIZINHANÇA – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES – AUSÊNCIA DE LESÃO AO MEIO AMBIENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Restou verificado através das vistorias realizadas nos autos, que o estabelecimento investigado “Barbosa Acoustic Bar” encerrou suas atividades, cessando assim as atividades geradoras da poluição sonora que deram azo a instrução do presente inquérito civil. Desse modo, houve a perda do objeto do presente procedimento, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

29. Inquérito Civil nº 06.2017.00000202-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais irregularidades decorrentes de contratações irregulares de profissionais ao cargo de Assistente Social, em detrimento dos aprovados no concurso público de 2013, praticado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR IRREGULARIDADES NA NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO – ASSISTENTE SOCIAL - AUSÊNCIA DE LESÃO AOS

INTERESSES INDIVIDUAIS E INDISPONÍVEIS - FALTA DE LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Considerando que a notícia que deu azo à instauração do presente procedimento não é afeta à atribuição do Ministério Público, pois, as irregularidades aqui tratadas remontam a questão de direito subjetivo e individual, sendo, portanto, matéria que foge a atribuição ministerial, o qual possui legitimidade para a tutela de direitos difusos e coletivos relacionados a interesses sociais indisponíveis, tornando, desta maneira, inviável a continuidade das investigações, insurgindo imponente a necessidade de homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

30. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000751-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS

Assunto: Apurar eventual desvio de função em cargos de técnico em enfermagem ocupados por servidores efetivos que prestaram concurso público para cargos diversos e estão atuando no Posto de Saúde São Sebastião, e ainda, o caso da servidora Fabiane Silva de Almeida, lotada no mesmo local, que encontra-se de licença há mais de dois anos, no município de Ribas do Rio Pardo/MS.

EMENTA – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO/MS – DENÚNCIA APÓCRIFA - DESVIO DE FUNÇÃO DE SERVIDORES CONCURSADOS LOTADOS NO POSTO DE SAÚDE SÃO SEBASTIÃO - IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS - IRREGULARIDADES ACERCA DA FICHA FUNCIONAL DA SERVIDORA F.S.A – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO. Denota-se que as irregularidades denunciadas não foram comprovadas nos autos vez que restou esclarecido que não há servidores com desvio de função na Unidade Básica de Saúde São Sebastião, e os demais pontos da denúncia constituem objeto de procedimento administrativo em tramitação na promotoria de origem. Assim, não há razão para o prosseguimento do feito, de modo que o arquivamento afigura-se de rigor.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

31. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000907-9

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: 4ª Vara da Fazenda Pública e de Registros Públicos

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa perpetrado pelo Secretário de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, em decorrência do descumprimento de decisão judicial que determinou o fornecimento do medicamento Romiplostim 250mcg (NPLATE), à paciente Jovelina Pinheiro de Oliveira, nos autos do processo nº. 0843002-18.2016.8.12.0001.

EMENTA – PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE – SAÚDE PÚBLICA - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS - AUSÊNCIA DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL - NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE ATOS PRÉVIOS DE CONSTRIÇÃO JUDICIAL PARA ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL – INOPORTUNA A RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DO SECRETÁRIO DE ESTADO POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No presente caso, restou comprovado nos autos que não se deve imputar responsabilidade criminal ou responsabilidade por ato de improbidade administrativa aos agentes políticos que descumprem ordem judicial, antes de esgotar todos os atos prévios de constrição judicial para o cumprimento da obrigação estipulada, tais como: sequestro de valores e bloqueio de verbas. Assim, torna-se, inoportuno, nesse momento, a responsabilização pessoal do Secretário de Saúde, por ato de improbidade administrativa, não havendo razão para o prosseguimento do feito, devendo ser homologada a promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

32. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001051-0

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ausência de Médicos Anestesista no Hospital Municipal de Ivinhema, impossibilitando a realização de procedimentos cirúrgicos e prejudicando a assistência aos munícipes.

EMENTA – PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE

IVINHEMA/MS – APURAÇÃO DA NOTÍCIA DE EVENTUAL IRREGULARIDADE NO ATENDIMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL - AUSÊNCIA DE ANESTESISTA - IRREGULARIDADE SANADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No presente caso, restou comprovado nos autos que as irregularidades referentes à ausência de médicos anestesiologistas foram sanadas, bem como o referido nosocômio dispõe de corpo médico suficiente para atender a população, inclusive na área da anestesia, não se verificando novas reclamações por parte da população. Assim, não há razões para o prosseguimento do feito, devendo ser homologada a promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

33. Inquérito Civil nº 06.2017.00001468-2

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Reciclagem Machado (matriz e filial)

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais provocados pela Reciclagem Machado (matriz e filial), localizada no município de Campo Grande/MS, bem como sua regularidade jurídico-ambiental.

EMENTA: 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS – APURAR A OCORRÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS –RECICLAGEM MACHADO – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 38º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TACs celebrados no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

34. Inquérito Civil nº 25/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na distribuição de unidades habitacionais aos beneficiários do empreendimento Vila Quarenta, em implantação neste município de Nioaque/MS.

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE – IRREGULARIDADES NO PROGRAMA DE CASAS POPULARES DESTINADAS À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA - POSSÍVEL FAVORECIMENTO E DIRECIONAMENTO DAS UNIDADES - DETRIMENTO DE ANÁLISE SOCIOECONÔMICA – DILIGÊNCIAS – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE E AGEHAB - IRREGULARIDADES SANADAS – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO - ARQUIVAMENTO. Restou comprovado nos autos que o ato inquinado desvelou em mera irregularidade administrativa, pois não ocasionou prejuízo ao erário público e não evidenciou vontade consciente, má-fé e dolo por parte da Administração Pública, capaz de configurar ato de improbidade administrativa. Eventuais irregularidades foram sanadas por vontade própria da administração pública e da AGEHAB, que após ser exortada através de Recomendação pelo Ministério Público Estadual, adequaram as inscrições das seleções e das reintegrações de posse dos imóveis já contemplados e dos que encontravam-se irregulares, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

35. Inquérito Civil nº 12/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sete Quedas

Assunto: Apurar inconsistências no funcionamento do Centro Conviver da Melhor Idade no que se refere à realização de eventos sem o devido isolamento acústico e eventual poluição sonora ambiental.

EMENTA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SETE QUEDAS/MS – POLUIÇÃO SONORA – CENTRO DE CONVIVER DA MELHOR IDADE – EMISSÃO DE RUÍDOS ACIMA DO NÍVEL PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO – PERTURBAÇÃO DA VIZINHANÇA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – ADEQUAÇÃO DO ESTABELECIMENTO – EMISSÃO DE RUÍDOS ABAIXO DO NÍVEL PERMITIDO EM LEI – AUSÊNCIA DE LESÃO AO MEIO AMBIENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Restou verificado através das vistorias realizadas nos autos, que o estabelecimento investigado conteve a poluição sonora e coibiu práticas

envolvendo a perturbação e o sossego público, adequando o horário de suas festividades e o nível dos ruídos emitidos, não havendo razões que justifiquem a continuidade do presente Inquérito Civil, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

36. Inquérito Civil nº 12/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Médicos e Servidores da área de Saúde do Município de Angélica

Assunto: Apurar denúncia apócrifa de não cumprimento regular da jornada de trabalho por médicos contratados e servidores da área de saúde do município de Angélica.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ANGÉLICA/MS – DENÚNCIA APÓCRIFA - NOTÍCIA DE IRREGULARIDADES NA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORES E MÉDICOS LOTADOS NAS UBSF DE ANGÉLICA/MS – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL – IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No presente caso, não restaram comprovadas as irregularidades denunciadas, vez que os documentos ajuizados aos autos constataram que os servidores que atuam na área da saúde e os médicos estão cumprindo a jornada de trabalho, e a Secretaria Municipal de Saúde vem rigorosamente efetuando o controle de frequência dos funcionários, inclusive efetuando descontos nos salários daqueles que eventualmente descumprem a carga horária. Assim, não há razões para o prosseguimento do feito, devendo ser homologada a promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.3.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001139-2

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o correto acondicionamento do lixo produzido pelo comércio de alimento na região do Parque das Nações Indígenas e a eficiência do cercamento da área de preservação permanente do Córrego Sóter para evitar o atropelamento de quatis e capivaras nas vias públicas da região.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR O CORRETO ACONDICIONAMENTO DO LIXO PRODUZIDO PELO COMÉRCIO DE ALIMENTO NA REGIÃO DO PARQUE DAS NAÇÕES INDÍGENAS E A EFICIÊNCIA DO CERCAMENTO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE PARA EVITAR O ATROPELAMENTO DE QUATIS E CAPIVARAS NAS VIAS PÚBLICAS DA REGIÃO, EM CAMPO GRANDE/MS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROVIDÊNCIAS DEVIDAMENTE TOMADAS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS COMPETENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Primeiramente, verifica-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista que se verificou que as providências tomadas pelos órgãos públicos competentes (IMASUL, AGETTRAN, SEMADUR e PMA) estão sendo eficazes, quais sejam: instruções sobre o correto acondicionamento do lixo aos vendedores ambulantes do Parque das Nações, para que os animais não tenham acesso aos resíduos produzidos, sob pena de suspensão da atividade; aquisição de contêineres para separar o resíduo seco do úmido; aquisição de novas lixeiras e a devida manutenção das antigas; placas educativas contendo abordagem sobre a fauna silvestre e destinação adequada de resíduos sólidos, bem como sinalizações nas áreas de maior risco de acidentes com os animais na via pública. Sublinhe-se que no que se refere ao cercamento da Área de Preservação Permanente do Córrego Sóter, restou informado que no entorno deste é canalizado. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001923-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade da manutenção da ponte que liga o Estado de Mato Grosso do Sul ao Estado de Minas Gerais sobre o Rio Paranaíba, Ponte do Porto Alencastro, localizada na Rodovia BR-497, no Município de Paranaíba.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A REGULARIDADE DA MANUTENÇÃO DA PONTE QUE LIGA O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL AO ESTADO DE MINAS GERAIS SOBRE O RIO PARANAÍBA, PONTE DO PORTO ALENCASTRO, LOCALIZADA NA RODOVIA BR-497, NO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS -

DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO REFERENDADO. Sublinhe-se que constou do relatório fotográfico acostado aos autos que as danificações verificadas na Ponte do Porto Alencastro encontram-se do lado do Estado de Minas Gerais. Diante disso, não subsistindo atribuição a este órgão ministerial para atuar no presente feito, e, com fundamento no Enunciado nº 16, do CSMP, de 06 de Outubro de 2017, cumpre que seja declinada a competência para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Após, seja efetuada a devida remessa dos autos para Promotoria de Origem, para que remeta a cópia integral do presente feito para apreciação pelo Órgão do Ministério Público que detenha atribuição.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho referendou o declínio de atribuição para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e que seja efetuada a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que remeta cópia integral do presente feito para apreciação pelo órgão do Ministério Público que detenha atribuição, nos exatos termos do voto do Relator.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000504-0

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta ilicitude na emissão de atestado de capacidade técnica pela Empresa “CSTECH MS Teleinformática Ltda.” em benefício à Empresa “Premier Prestação de Serviços Ltda.”.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR SUPOSTA ILICITUDE NA EMISSÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PELA EMPRESA “CSTECH MS TELEINFORMÁTICA LTDA.” EM BENEFÍCIO À EMPRESA “PREMIER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.”, EM CAMPO GRANDE/MS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista a constatação de veracidade do atestado de capacidade técnica pela empresa “CSTECH MS Teleinformática Ltda.” em benefício à empresa “Premier Prestadora de Serviços Ltda.”, de modo que de fato esta empresa prestou serviços àquela durante aproximadamente três anos. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000797-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade da Lei Municipal nº 2.123 de 09 de Maio de 2017, do Município de Paranaíba que concedeu aumento de verbas remuneratórias aos parlamentares municipais do município de Paranaíba.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR A REGULARIDADE DA LEI MUNICIPAL Nº 2.123, DE 09 DE MAIO DE 2017, DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA QUE CONCEDEU AUMENTO DAS VERBAS REMUNERATÓRIAS AOS PARLAMENTARES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA INEXISTÊNCIA DE DOLO E MÁ-FÉ REMESSA DOS AUTOS E INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2017.00003617-6 PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, ante a perda do objeto, haja vista que não se constatou a prática de eventual ato de improbidade administrativa no presente caso. Cumpre salientar que houve a remessa destes autos ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça, consoante Ofício de fl. 128, oportunidade em que se instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003617-6, tendo como objeto. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 51/2016

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da suposta ocorrência de irregularidades administrativas relacionadas ao pagamento de valores referidos no empenho 1674/2014, pelo município de Naviraí/MS.

EMENTA – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVIRAÍ/MS – APURAR A NOTÍCIA DA SUPOSTA OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS AO PAGAMENTO DE VALORES REFERIDOS NO EMPENHO 1674/2016, PELO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS – VERBAS

FEDERAIS – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL – DECLINAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO AO MPF – REMESSA DOS AUTOS ORIGINAIS AO ÓRGÃO. Observa-se que restou constatado que os fatos objetos deste procedimento versam sobre prática de atos atentatórios ao patrimônio público, a partir da irregularidade em procedimento licitatório e na execução do contrato, que visam dar aplicação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), executado pela União e pelos Municípios. Sublinhe-se que a Nota Fiscal nº. 000.000.081, série 1 (fl. 09) referente ao Empenho nº. 1674/2012, documento que deu azo a instauração do presente feito, é consistente em recurso financeiro federal transferido pela União ao Município de Naviraí (FDNE), havendo, assim, interesse da União na apuração da materialidade e na responsabilização dos autores das condutas que deram causa a tais irregularidades, fato que se enquadra nas hipóteses de atuação do Ministério Público Federal, consoante artigo 109, I, da Constituição Federal. Diante disso, não subsistindo atribuição ao órgão ministerial estadual para atuar no presente feito, e, com fundamento no Enunciado nº 16, do CSMP, de 06 de Outubro de 2017, cumpre que seja declinada a competência para o Ministério Público Federal, não sendo o caso de promoção de arquivamento. Cumpre salientar que, apesar de ter remetido cópia dos autos ao Ministério Público Federal, o órgão de execução, ao verificar não possuir atribuição para a continuidade das investigações, não poderia ter promovido o arquivamento do feito, mas sim deveria ter declinado sua atribuição e submetido à análise do Conselho Superior do Ministério Público para posterior cientificação do Ministério Público Federal, com a consequente remessa dos autos originais. Assim, vota-se pelo declínio de atribuição do presente procedimento, determinando-se a remessa dos autos originais ao Órgão do Ministério Público Federal.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pelo declínio de atribuição do presente procedimento, determinando-se a remessa dos autos originais ao Órgão do Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 20/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, decorrente do pagamento indevido de salário, acumulação indevida de cargos ou desvio de função da servidora pública do município de Itaporã, Silvana Dias Correa Godoi.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, DECORRENTE DO PAGAMENTO INDEVIDO DE SALÁRIO, ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS OU DESVIO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORÃ/MS – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Primeiramente, verifica-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista a constatação de que Silvana Dias Correa Godoi não recebeu verbas indevidas, apesar de seus rotineiros afastamentos verificados no período indicado (oito meses iniciais de 2014), que foram em razão de ter sido submetida a um tratamento médico psiquiátrico, lastreado em atestados médicos juntados aos autos. Denota-se que Silvana é servidora efetiva dos quadros municipais, ocupante do cargo de Enfermeira, e, com a exoneração do cargo de Gerente de Saúde (Secretária), regressou às funções de origem, não auferindo mais qualquer rendimento referente a esse mister. Outrossim, não se constatou nenhum indicativo de acumulação indevida de cargos, uma vez que a referida servidora Silvana foi designada a ocupar o cargo de Gerente Municipal de Saúde, conservando a situação de servidora efetiva do Poder Executivo de Itaporã. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 15/2015

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar as providências adotadas em relação ao Ofício nº 493/2014 1ªPJ/Naviraí (Portal da transparência).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR PARTE DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS DEMAIS VEREADORES DE NAVIRAÍ AO NÃO OFERTAREM DENÚNCIA CONTRA O PREFEITO PELA SUPOSTA PRÁTICA DE INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA – ARTIGO 11, II, DA LEI Nº 8.429/92 – PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DO PARLAMENTAR EM EFETUAR A DENÚNCIA – JUÍZO DE VALOR EXERCIDO PELO PARLAMENTAR,

SOBRE O QUAL NÃO PODE HAVER INGERÊNCIA – INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO CIVIL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No caso dos autos, a omissão atribuída ao Presidente da Câmara Municipal e aos demais Vereadores de Naviraí (não ofertar denúncia em face do Prefeito por infração político-administrativa), não corresponde a um ato cuja prática era obrigatória. Isso porque o oferecimento ou não de denúncia depende de um juízo de valor do parlamentar acerca da ocorrência ou não da infração político-administrativa, sendo vedado ao Ministério e ao Judiciário imiscuir-se nesse mérito, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 15/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim, JPM Consultoria Contábil Ltda. e a INTECCO -Tecnologia e Informática de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de serviços de assessoria com as empresas JPM Consultoria Contábil e INTECCO Tecnologia e Informática de Coxim, e possíveis atos de improbidade daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE COXIM/MS – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA COM AS EMPRESAS “JPM CONSULTORIA CONTÁBIL” E “INTECCO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA DE COXIM”, BEM COMO POSSÍVEIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DAÍ DECORRENTES – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DESCARACTERIZADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Primeiramente, denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista a não constatação de indícios de ilicitude nos Procedimentos Licitatórios realizados pela Câmara Municipal com as Empresas “Inteco Tecnologia Informática de Coxim Ltda.”, “Comsystem Computadores e Sistemas Ltda.” e “J.P.M. Consultoria Contábil Ltda.”. Ademais, verificou-se que todos os serviços contratados foram efetivamente realizados, não caracterizando assim, a existência de fraude ou superfaturamento capaz de gerar dano ao erário municipal. Portanto, considerando as ponderações expostas, fazem-se ausentes fundamentos para propositura de Ação Civil Pública, coletiva ou qualquer outra pertinente a interesses coletivos “latu sensu”. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 17/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rochedo

Assunto: Apurar eventual irregularidade e/ou ato de improbidade administrativa no que tange à aquisição de combustível para manutenção dos veículos TOYOTA BAND, ano 1991, placa HQH 0100, CAMINHÃO FORD 7000, placa HQX 3645, FIAT/PALIO ELX FLEX, ano 2009/2010, placas HQH 7383, pertencentes ao município de Rochedo/MS, que, no entanto, estão em desuso e abandonados há dois anos no pátio e depósito da Prefeitura Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIO NEGRO/MS –APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE E/OU ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO QUE TANGE À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ROCHEDO/MS, QUE, NO ENTANTO, ESTARIAM EM DESUSO E ABANDONADOS HÁ DOIS ANOS NO PÁTIO E DEPÓSITO DA PREFEITURA MUNICIPAL – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS COMPROBATÓRIOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista que não se constataram indícios de máculas nos Procedimentos Licitatórios em questão, tampouco irregularidades na execução financeira dos mesmos, que, inclusive, o Pregão Presencial nº 39/2013 foi submetido à análise pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo sido julgado regular o procedimento e sua execução financeira. Sublinhe-se que não se pôde aferir se os veículos mencionados inicialmente, quais sejam, TOYOTA BAD, ano 1991, placas HQH-0100, CAMINHÃO FORD 7000, placas HQX-3645, FIAT/PALIO ELX FLEX, ano 2009/2010, placas HQH-7383, funcionavam ou não no período de 2012/2013. Ademais, é de lembrar-se que os veículos indicados faziam parte de uma frota de mais de trinta veículos oficiais da Prefeitura de Rochedo/MS. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 70/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marinisa Kiyomi Mizoguchi

Assunto: Apurar eventuais irregularidades perpetradas, em tese, no bojo da Secretaria Municipal de Educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES PERPETRADAS, EM TESE, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EM DOURADOS/MS – DENÚNCIA APÓCRIFA – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS COMPROBATÓRIOS – INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 68/2014 – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista que não restaram comprovadas as irregularidades atribuídas à Secretária Marinisa Kiyomi Mizoguchi, no tocante à ocorrência de pressão ou ameaça para que os servidores municipais da Secretaria Municipal de Educação votassem em candidatos indicados por esta, nas eleições de 2014. Ademais, cumpre salientar que no que se refere à suposta pressão feita pela requerida, a fim de que servidores contratados se filiassem ao Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Dourados/MS está sendo devidamente apurada no Inquérito Civil nº68/2014/PJPPS, o qual tem por objeto “apurar eventuais atos de improbidade administrativa decorrente, em tese, da exigência de agremiação dos professores temporários junto ao SIMTED”. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000298-9**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Educacional Esgaib Kayatt

Assunto: Apurar o atraso injustificado na expedição de diplomas pela Faculdade de Ponta Porã - União Nacional das Instituições de Ensino Superior Particular (FAPUNIESP) aos alunos que concluíram o curso de Licenciatura em Letras no ano de 2013.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - ATRASO NO FORNECIMENTO DE DIPLOMAS - SANEAMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que todos os diplomas dos formandos do curso de Letras/Licenciatura, ano de 2013, encontravam-se disponíveis aos acadêmicos. Assim, inexistente fundamento para o prosseguimento das investigações neste procedimento. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001102-6

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Ronaldo Guerreiro Botelho

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da suposta não consideração na folha de pagamento do mês de maio/2016 do Poder Executivo, da dedução obrigatória acima do limite constitucional das remunerações, mais precisamente, de Auditores Fiscais da Receita Estadual e Fiscais de Tributos Estaduais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - SUBSÍDIOS SUPERIORES AO TETO CONSTITUCIONAL - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que as folhas de pagamento, em situação “fechadas”, contavam com abatimento para adequação ao teto constitucional. Assim, inexistente fundamento para o prosseguimento das investigações neste procedimento. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000726-0

2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a adoção de providências pelo Município de Aparecida do Taboado quanto à possível irregularidade na “Milkshakeria Vicale, visto que o estabelecimento teria suprimido a rampa de acesso à calçada adaptada para deficientes quando da realização de reforma no prédio.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - RAMPA DE ACESSO PARA DEFICIENTES SANEAMENTO – PROMOÇÃO DE

ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que a rampa de acesso à calçada adaptada para deficientes foi reconstruída pela empresa “Milkshakeria Vicalé”. Assim, inexistente fundamento para o prosseguimento das investigações neste procedimento. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000765-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo pelo Prefeito Municipal de Deodápolis, Valdir Luiz Sartor, que estaria beneficiando a servidora pública S.F. de A., namorada do filho do Chefe do Executivo Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - NEPOTISMO – NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que a servidora S.F. de A. é servidora pública efetiva nos quadros do Executivo Municipal, no cargo de Assistente de Administração. No ano de 2015, foi nomeada para cargo de provimento em comissão. Considerando que o prefeito Valdir Luiz Sartor foi eleito em 2016 e passou a exercer o mandato em 2017, não há nepotismo, visto que a requerida já exercia suas funções em momento anterior ao referido mandato. Ademais, segundo consta dos autos, mencionada servidora é apenas namorada do filho do Prefeito de Deodápolis/MS, vínculo que não caracteriza qualquer parentesco. Assim, inexistente fundamento para o prosseguimento das investigações neste procedimento. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 16/2015

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Tarumã

Assunto: Apurar a prática de supressão vegetal em aproximadamente 44ha (quarenta e quatro hectares), da fazenda Tarumã, localizada no município de Guia Lopes da Laguna/MS, de propriedade de Miltro Rodrigues Pereira, sem autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA – CUMPRIMENTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado, bem como inexistente medidas reparatórias pendentes. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 16/2015

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Centro de Recuperação Recomeço

Assunto: Apurar eventuais abusos e irregularidades na prestação de serviços por parte do Centro de Recuperação Recomeço aos seus internos, assim como a possibilidade de maus tratos por parte do corpo técnico daquela instituição.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES NO ATENDIMENTO DA ENTIDADE CENTRO DE RECUPERAÇÃO RECOMEÇO – ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o feito teve por escopo apurar a adequação da estrutura física, bem como o atendimento prestado pela entidade Centro de Recuperação Recomeço. Durante a tramitação, constatou-se que a entidade requerida encerrou todas suas atividades, não subsistindo fundamento para o prosseguimento das investigações. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 11/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade existente em virtude do descaso e abandono do poder público municipal no tocante à obra de construção do Centro de Convenções de Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CONTRATO DE REPASSE – TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS FEDERAIS – NÃO INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL - NECESSIDADE DE REMESSA DOS

AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO – REFERENDADO. Depreende-se dos presentes autos, que os recursos do Contrato de Repasse são oriundos de transferências voluntárias da União, não incorporados ao patrimônio municipal, o que atrai a incidência do art. 109, I, da CF, cabendo ao Parquet Federal à apuração de eventuais irregularidades. Desse modo, voto pelo referendo do presente declínio de atribuição. Determino ainda o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que proceda a sua remessa à Procuradoria da República no Município de Dourados/MS.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho referendou o presente declínio de atribuição e determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que proceda sua remessa à Procuradoria da República no município de Dourados/MS, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 25/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sociedade Beneficente Dona Elmíria Silvério Barbosa

Assunto: Apurar eventual irregularidade em aplicação de recursos públicos destinados à Sociedade Beneficente Dona Elmíria Silvério Barbosa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES COM VERBAS DA SOCIEDADE BENEFICENTE DONA ELMÍRIA SILVÉRIO BARBOSA – NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que não houve a constatação de quaisquer irregularidades no caso em tela. A contratação da empresa Marco-Arquitetura, Engenharia, Construções e Comércio LTDA seguiu o rito previsto no ordenamento jurídico. E, mesmo regular, a Administração Municipal entendeu por bem revogar o certame, antes do dispêndio de qualquer pagamento. Após a realização de novo procedimento licitatório, no qual também se seguiu o rito legal, concorreram as empresas Santa Engenharia e Industria LTDA e Constutora Sadi LTDA, logrando êxito na contratação a empresa Santa Engenharia. Assim, inexistente fundamento para o prosseguimento das investigações neste procedimento. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 6/2008

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Empresa Indústria Siderúrgica de Ferro Gusa Mato Grosso do Sul Ltda. -SIMASUL e a fazenda Pindó

Assunto: Apurar possível prática de atos que causaram danos ao meio ambiente pelas investigadas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANOS AMBIENTAIS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos autos do presente Inquérito Civil, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente procedimento. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 62/2014

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Santa Casa de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual irregularidade no repasse de recursos públicos do Governo de Mato Grosso do Sul para a Santa Casa de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTO DESVIO DE FINALIDADE EM REPASSES DE RECURSOS PÚBLICOS – INOCORRÊNCIA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado apurar eventual irregularidade no repasse de recursos públicos do Governo de Mato Grosso do Sul para a Santa Casa de Campo Grande. 2. As diligências empreendidas foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto da presente investigação, constando-se que o numerário percebido pela Santa Casa, por intermédio do Convênio nº 22.516/2016 (f. 31-34), foi utilizado para adquirir medicamentos e materiais de hospitalares, respeitando-se, portanto, a finalidade do acordo celebrado, consoante a prestação de contas acostada às f. 144-227 dos autos. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 24/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Andradina

Assunto: Apurar os motivos do não fornecimento de equipamentos de proteção individual para os agentes de endemias pelo município de Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR O NÃO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL À AGENTES DE ENDEMIAS – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar os motivos do não fornecimento de equipamentos de proteção individual para os agentes de endemias pelo Município de Nova Andradina. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto da presente investigação, tendo em vista a entrega de equipamentos de proteção individual (EPI) aos agentes de endemias (consoante termos de recebimento acostado aos autos), a realização de treinamento técnico dos agentes, bem como o acompanhamento realizado pela Secretaria Estadual de Saúde, que estabeleceu novas estratégias para o controle de endemias no município. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Procedimento Preparatório nº 10/2016

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar a situação da curatela do interditado Leandro da Cruz de Arruda.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – CURATELA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento instaurado para averiguar a situação da curatela do interditado Leandro da Cruz de Arruda. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para investigar e solucionar o objeto deste procedimento, constatando-se a regularização da curatela do Sr. Leandro da Cruz Arruda, eis que a função é atualmente exercida por sua companheira, Sra. Dori Celeste Martinez. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 17/2013

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edvaldo Zanata

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais supostamente causados pelo requerido na fazenda Estância Vale do Taquari, localizada nesta Comarca.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DE PROPRIEDADE RURAL – CELEBRAÇÃO DE TAC – CUMPRIMENTO INTEGRAL - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventuais danos ambientais supostamente causados pelo requerido na Fazenda Estância Vale do Taquari, localizada nesta comarca. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, considerando a inscrição da propriedade sob análise no Cadastro Ambiental Rural (CAR), dentro do prazo estabelecido no Termo de Ajustamento de Conduta, bem como a inexistência de danos ou infrações ambientais, consoante vistoria realizada pela Polícia Militar Ambiental. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 9/2012

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Policon Engenharia e Prefeitura Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar teor das Notícias de Fato nº 10/2012, 13/2012 e 15/2012, indicando possíveis irregularidades nas Tomadas de Preços nº 002/2010, 012/2010, 014/2010, 004/2012 e 007/2012 e consequentes contratos administrativos celebrados entre o município de Sidrolândia e a empresa "POLICON ENGENHARIA LTDA.", em desrespeito à lei de licitações, visto que somente dita empresa adquire o edital e comparece às atas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS – INOCORRÊNCIA EM RELAÇÃO À TOMADA DE PREÇO Nº 3/2011 - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES –

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar supostas irregularidades nas obras de pavimentação asfáltica realizadas em diversos bairros de Sidrolândia, consoante as informações abstraídas das Notícias de Fato n. 10/2012, 13/2012 e 15/2012. 2. As diligências empreendidas foram suficientes para elucidar e solucionar um dos objetos investigados no presente Inquérito Civil, constatando-se, com base no Relatório de Demandas Externas nº 201602687 elaborado pela Controladoria-Geral da União (f. 3.321-3.330), a inexistência de irregularidades no procedimento Licitatório Tomada de Preços nº 3/2010 e no Contrato Administrativo nº 56/2011 a ele vinculado 3. Promoção de arquivamento parcial homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação parcial do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 23/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Eduardo Cury

Assunto: Apurar eventual irregularidade cometida por José Eduardo Cury, integrante do grupo denominado “GISA”, ao realizar a compra de um software pelo valor de quase 10 milhões de reais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE PRATICADA POR JOSÉ EDUARDO CURY – DILIGÊNCIAS INSUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado apurar eventual irregularidade cometida por José Eduardo Cury, integrante do grupo denominado “GISA”, ao realizar a compra de um software pelo valor de quase 10 milhões de reais. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram insuficientes para solucionar o objeto da presente investigação, sendo imperioso o retorno dos autos para a realização de novas diligências, uma vez que José Eduardo Cury não figura no polo passivo da Ação Civil Pública que visa o ressarcimento do dano ao erário, ajuizada pelo Município de Campo Grande. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pela não homologação da promoção do arquivamento, tendo em vista que não foram esgotadas as medidas aplicáveis ao deslinde do feito, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 4/2012

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade no processo licitatório da empresa VS Tecnologia com o município de Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - EVENTUAL FAVORECIMENTO EM PROCESSO LICITATÓRIO – INOCORRÊNCIA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventuais irregularidades no processo licitatório da empresa VS Tecnologia com o Município de Dourados. 2. As diligências empreendidas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto desta investigação, constatando-se a inconsistência da representação que ensejou o procedimento, eis que inexistente o suposto favorecimento da empresa “VS Tecnologia”, vencedora do Pregão Presencial nº 325/2011, eis que mesma foi a única a atender todos os requisitos solicitados no Edital. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 16/2013

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Comércio Local

Assunto: Apurar o uso abusivo de instrumentos sonoros no comércio e a necessidade de adequação destes aos limites permitidos e às normas do Código de Posturas do Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL POLUIÇÃO SONORA PRODUZIDA PELO COMÉRCIO LOCAL – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento instaurado para apurar o uso abusivo de instrumentos sonoros no comércio e a necessidade de adequação destes aos limites permitidos e às normas do Código de Posturas do Município. 2. As diligências empreendidas foram suficientes para solucionar o objeto de investigação, considerando que, após a intervenção do *parquet*, as autoridades públicas adotaram providências a fim de mitigar a problemática da poluição sonora em empreendimentos comerciais da municipalidade, aliado à constatação de que as irregularidades outrora apontadas foram sanadas no decorrer das investigações. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 10/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Hospital Rita Antônia Maciel Godoy e o município de Caracol/MS

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa do Executivo Municipal de Caracol e do administrativo do Hospital Rita Antônia Maciel de Godoy, de Caracol, em razão dos prejuízos causados aos cofres públicos da Prefeitura de Caracol em reiteradas ações trabalhistas de funcionários do referido nosocômio.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – INVESTIGAÇÃO ABRANGIDA POR OUTRO PROCEDIMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado apurar a eventual prática de improbidade administrativa do Executivo Municipal de Caracol e do administrativo do Hospital Rita Antônia, de Caracol, em razão dos prejuízos causados aos cofres públicos da Prefeitura de Caracol em reiteradas ações trabalhistas de funcionários do referido nosocômio. 2. O arquivamento deste procedimento se justifica ante a existência de outros 2 (dois) procedimentos em tramite na Promotoria de Justiça de Caracol, cujos objetos abrangem os fatos ora apurados. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 8/2010

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Chácara Divisa

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural Chácara Divisa, especialmente em relação à falta de reserva legal e possíveis irregularidades na área de preservação permanente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DE PROPRIEDADE – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural Chácara Divisa, especialmente em relação à falta de reserva legal e irregularidades na área de preservação permanente. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta e determinada a instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o seu integral cumprimento. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 2/2009 - Anexo AIP

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Usina Angélica Agroenergia Ltda.

Assunto: Apurar se às atividades da Usina Angélica Agroenergia estava provocando a proliferação da “mosca do estábulo” a qual tem gerado a degradação da saúde das pessoas e dos animais que se encontram próximos a empresa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – ATIVIDADES QUE SUPOSTAMENTE CAUSARIAM A PROLIFERAÇÃO DE INSETOS – MEDIDAS TOMADAS APÓS A INTERVENÇÃO DO PARQUET - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil apurar se as atividades da Usina Angélica Agroenergia provocam a proliferação da *Stomoxys calcitrans* e se está ocorrendo o correto manejo da vinhaça. 2. As diligências empreendidas foram suficientes para elucidar e solucionar objeto investigado, constatando-se que, após a intervenção do Parquet, a Usina Angélica Agroenergia Ltda adotou medidas que culminaram no fim da infestação da mosca *Stomoxys calcitrans*, consoante os Laudos Técnicos elaborados pelo DAEX (f. 632-644 e 1289-1310), pela Embrapa (f. 604-608) e pela Faculdade de Ciências Biológicas da UFGD (f. 1.203-1210). 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

12. Inquérito Civil nº 5/2013

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados e o Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a regular disponibilização da Relação Nacional de Medicamentos - RENAME, no que se refere ao componente estratégico da assistência farmacêutica (CESAF) e ao componente especializado da assistência farmacêutica (CEAF) no município de Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULAR DISPONIBILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a regular disponibilização da Relação Nacional de Medicamentos – RENAME, quanto ao componente estratégico da assistência farmacêutica (CESAF) e ao componente especializado da assistência farmacêutica (CEAF) no município de Dourados. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente procedimento, constatando-se a regularidade na disponibilização de fármacos no município de Dourados e a justificativa quanto à ausência de determinados medicamentos, consoante Relatório de Vistoria realizado pelo Conselho Municipal de Saúde. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 26/2014

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a situação precária dos banheiros na Escola Estadual Carmelita Canale Rebuá, sobretudo em razão da realização de procedimento licitatório para reforma dos sanitários coletivos no referido estabelecimento de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE MIRANDA - DENÚNCIA ANÔNIMA - SITUAÇÃO PRECÁRIA DOS BANHEIROS DE ESCOLA ESTADUAL - SOLUÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - RECOMENDAÇÃO DO PARQUET ATENDIDA - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL EXAURIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o inquérito civil onde no curso do procedimento ocorreu o cumprimento da recomendação expedida pelo Parquet, com a aplicação de medidas suficientes de saneamento dos banheiros de Escola Estadual.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 25/2016

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Santos e Guerreiros Ltda. - Curso Prepara

Assunto: Apurar eventual violação aos direitos dos consumidores de Corumbá pela empresa “Santos e Guerreiro Ltda. - Curso Prepara”, consistente em publicidade enganosa, em infringência ao art. 37, parágrafo 1º do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE CORUMBÁ – VENDA DE CURSO ONLINE - PROPAGANDA ENGANOSA - NÃO CONSTATAÇÃO - DANO À COLETIVIDADE INEXISTENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Procede o arquivamento do presente inquérito civil, tendo em vista não foi constatado dano à coletividade, já que não restou configurada a propaganda enganosa no caso em tela.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 10/2011

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Investigar denúncia de prática de nepotismo na contratação de Evandro Alves Corrêa para trabalhar no Hospital Dr. Estácio Muniz.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - CONTRATAÇÃO PARA TRABALHAR EM HOSPITAL SOB INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO – RELAÇÃO DE PARENTESCO ENTRE CONTRATADO E SECRETÁRIO DE SAÚDE – NEPOTISMO – NÃO CONFIGURADO – INTELIGÊNCIA DA SÚMULA VINCULANTE Nº 13 STF - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL EXAURIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o inquérito civil onde se apurou eventual prática de nepotismo em decorrência da relação de parentesco entre contratado de hospital sob intervenção do Município e o Secretário de Saúde, tendo em vista que não se constatarem os requisitos necessários dispostos na Súmula Vinculante nº 13 do STF, para que se configure o nepotismo.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Procedimento Preparatório nº 5/2017

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais ilegalidades e irregularidades no uso de máquinas públicas destinadas a Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais do município de Guia Lopes da Laguna na prestação de serviços na fazenda Anhanduty.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – UTILIZAÇÃO DE MÁQUINA PÚBLICA EM PROVEITO PARTICULAR – DANO AO ERÁRIO - INOCORRÊNCIA - ATO ÍMPROBO AFASTADO – USO DE MAQUINÁRIO VISANDO À EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL EXAURIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Não obstante a notícia inicial de dano ao erário em decorrência de utilização da máquina pública em proveito particular, não restou evidenciado no curso do procedimento ato ímprobo, tampouco não demonstrado dano ao erário, uma vez utilizado o maquinário na execução da política nacional da agricultura familiar, impondo-se o arquivamento do inquérito civil. Inteligência do art. 5º, inciso II, da Lei 11.326/2006.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 45/2015

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerentes: Ministério Público Estadual e Karla Angélica Pereira Dias

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o conteúdo das declarações da Sra. Karla Angélica Pereira Dias, dando conta de possível conduta ímproba, porquanto imoral, do ex-Secretário da Prefeitura de Três Lagoas Walmir Arantes, que, aparentemente sem participar da Comissão do Concurso de Fiscal de Tributos promovido em 2007 pelo referido Município, mas se valendo do poder de mando que sabidamente exercia, prestou-lhe informação mendaz, que pode ter levado à sua exclusão do certame.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - INFORMAÇÃO MENDAZ PRESTADA POR EX-SECRETÁRIO DO MUNICÍPIO - IRREGULARIDADE EM NOMEAÇÃO DE CONCURSO - NÃO CONSTATAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil no qual se apurou possível conduta ímproba por parte do ex-Secretário que prestou informação mendaz relativa a concurso, que pode ter levado a exclusão da denunciante do certame, bem como possível irregularidade nas nomeações, tendo em vista que não se comprovou qualquer irregularidade no certame bem como nas nomeações, restando inverídicos os fatos relatados na denúncia inicial.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 5/2017

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcelo Othechar de Souza Palma, Estância Las Palmas

Assunto: Buscar a adoção de providências pelo proprietário do imóvel rural “Estância Las Palmas”, localizado na MS 325 (Estrada Carandazal), zona rural, Região do Nabileque, município de Corumbá/MS, Sr. Marcelo Othechar de Souza Palma, com o fito de regularizar e compensar a construção de dique/barragem, desprovido da respectiva licença ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE CORUMBÁ – CONSTRUÇÃO DE DIQUE/BARRAGEM SEM LICENÇA DO ÓRGÃO COMPETENTE – CELEBRAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO – SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP – DETERMINAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. 15/2007/PGJ COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO N. 005/2015/CPJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil em que uma vez firmado o Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, resta ao Parquet apenas o seu acompanhamento e fiscalização que, conforme art. 39, § 2.º, da Resolução nº 15/2007 (com redação dada pela Resolução n. 005/2015-CPJ), deve ser feito mediante a instauração de procedimento administrativo próprio, quando a Promotoria de Justiça encarregada opere no SAJ/MP.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 27/2013

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas, em tese, pela Administração Pública no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, tais como, defectivo quadro funcional, desvio de função, falta de equipamentos, condições precárias das viaturas e não fornecimento de fardamentos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DO CORPO DE BOMBEIROS – PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – IRREGULARIDADES SOLUCIONADAS – CONTRATAÇÃO DE NOVOS MEMBROS – ATO DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o procedimento onde se apurou irregularidades praticadas pela Administração Pública no âmbito do Corpo de Bombeiros, tendo em vista que no decorrer das investigações foram tomadas as devidas providências pela administração, sendo que no que pertine à contratação de novos membros decorre de ato discricionário do administrador.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 16/2013

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Walmir Garcia Leal

Assunto: Apurar a notícia de prática de infração ambiental por Walmir Garcia Leal, consistente na exploração de 72 (setenta e duas) árvores de origem nativa sem a devida licença expedida pelo órgão ambiental, no município de Alcinoópolis.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE COXIM – SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INTEGRAL CUMPRIMENTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil que apura infração consistente na supressão de vegetação nativa sem autorização da autoridade competente, quando celebrado Termo de Ajustamento de Conduta nos autos, este restou integralmente cumprido.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 46/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilmar Antunes Olarte

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa e lesão ao erário, decorrente da nomeação de 1.044 servidores comissionados, sem a observância dos critérios impostos pela Lei da Ficha Limpa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – NÃO OBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIO DA LEI DA FICHA LIMPA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES COMISSIONADOS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO COM O MUNICÍPIO – COMPROVAÇÃO ANUAL DE FICHA LIMPA PELOS SERVIDORES E PARA FUTURAS NOMEAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil instaurado para apurar a não observância dos critérios da Lei da Ficha Limpa para contratação de servidores comissionados, tendo em vista o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Município, que passou a exigir a comprovação dos critérios previstos na Lei da Ficha Limpa para nomeação dos servidores, bem como a ratificação anual de Ficha Limpa para os funcionários que já integram o quadro do Município.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 31/2014

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Uniagro Aviação Agrícola Ltda.

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade na Empresa Uniagro Aviação Agrícola Ltda., consistente no uso, produção, consumo, comércio, aplicação aérea e o armazenamento de agrotóxicos e fertilizantes, desprovidos de licença ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE DOURADOS – APURAR IRREGULARIDADE AMBIENTAL – ATIVIDADE COM AGROTÓXICOS E FERTILIZANTES SEM LICENÇA - EXPEDIÇÃO DE LICENÇA PELO IMAM E PELO IMASUL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil no qual se apurou eventual irregularidade consistente na realização de atividade com agrotóxicos e fertilizantes sem o devido licenciamento, verificando-se que a empresa requerida promoveu a regularidade jurídico-ambiental de suas atividades ante a obtenção das licenças expedidas pelo IMAM e IMASUL.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

11. Inquérito Civil nº 21/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no concurso de Provas e Títulos da Carreira da Polícia Civil/PCMS/2013, notadamente quanto à falta de convocação dos candidatos aptos após o aumento do número de vagas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – IRREGULARIDADE EM CONCURSO PÚBLICO – INOCORRÊNCIA - INTERESSE INDIVIDUAL – FALTA DE LEGITIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA ATUAR - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil no qual não restou constatada ilegalidade no concurso em si, já que ampliação das vagas eram destinadas aos candidatos aprovados em todas as fases do certame e foi dada a devida publicidade através do Diário Oficial, recaiando os eventuais questionamentos dos candidatos que se sentiram lesados ao âmbito do interesse individual, não cabendo ao Ministério Público a presente apuração.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

12. Inquérito Civil nº 7/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Milton Sposito Prado

Assunto: Apurar a regularidade jurídica-ambiental do imóvel rural denominado Sítio Caraja Cue.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE ELDORADO – SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INTEGRAL CUMPRIMENTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil que apura infração consistente na supressão de vegetação nativa sem autorização da autoridade competente, quando celebrado Termo de Ajustamento de Conduta nos autos, restou este integralmente cumprido.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

13. Procedimento Preparatório nº 1/2017

6ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Departamento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Requeridos: Diretor e Agentes Penitenciários da Penitenciária de Segurança Média de Três Lagoas

Assunto: Apurar falta de assistência à saúde do interno Marciano Marques de Barros na Penitenciária de Segurança Média de Três Lagoas.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS – FALTA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE INTERNO DA PSM-TL – NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE CIRURGIA – PROCEDIMENTO AGENDADO – REALIZADA A TRANSFERÊNCIA DO INTERNO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Procedimento Preparatório que apurou a falta de assistência à saúde de interno da PSM-TL, que precisava ser submetido à cirurgia, tendo em vista que no decorrer das investigações foram tomadas as devidas providências pelo Diretor do presídio, sendo realizadas as consultas necessárias, bem como o agendamento do procedimento cirúrgico em Campo Grande, com a sua transferência.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

14. Inquérito Civil nº 4/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Itaquiraí

Assunto: Apurar possível violação ao princípio da moralidade administrativa, supostamente praticada pelo prefeito municipal de Itaquiraí, em decorrência eventual abuso do poder consistente na transferência imotivada do servidor público Alexandre Tomazelli.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE ITAQUIRAÍ – ABUSO DE PODER – TRANSFERÊNCIA DE SERVIDOR IMOTIVADA – ATO REVOGADO – DOLO NÃO VERIFICADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o inquérito civil onde se apurou eventual abuso de poder em decorrência de ato administrativo imotivado que transferiu servidor, ante a revogação do referido ato, ensejando assim a perda do objeto.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

15. Inquérito Civil nº 18/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Afonso Ramão Rodrigues Junior, Hallem Rodrigues Jaser, Leonel Lemos de Souza Brito e o município de Bonito/MS - Assunto: Apurar eventual ato lesivo ao patrimônio público na contratação, pelo município de Bonito, da empresa Afonso Ramão Rodrigues Júnior - ME para realização do espetáculo “Dudinha e a Galinha Pintadinha”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE BONITO – IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PELO MUNICÍPIO – INEXISTÊNCIA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – INTELIGÊNCIA DO ART. 25, III, DA LEI 8666/93 – INEXISTÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL EXAURIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o inquérito civil onde se apurou irregularidade na contratação de empresa pelo Município, ante a verificação de que a inexigibilidade de licitação se encontra justificada pela adequação da empresa aos requisitos dispostos no art. 25, III da Lei 8666/93, bem como constatou-se que não houve superfaturamento dos preços, não havendo assim quaisquer irregularidades na contratação.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

16. Inquérito Civil nº 20/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto ao teor da Portaria nº 32 do DETRAN/MS, a qual estabelece a obrigatoriedade de realização de vistoria anual nos veículos com mais de 05 (cinco) anos para concessão do respectivo licenciamento.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – IRREGULARIDADE NO TEOR DA PORTARIA N. 32/2014 DO DETRAN/MS – RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA PELO *PARQUET* – PORTARIA N. 32/2014 REVOGADA – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o inquérito civil onde se apurou irregularidade quanto ao teor da Portaria n. 32/2014 do DETRAN/MS, ante a revogação da referida Portaria após a expedição de Recomendação pelo Parquet, ocorrendo a perda do objeto.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

17. Inquérito Civil nº 23/2014

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Edilson Gonçalves Dias - Requerido: Município de Nova Andradina/MS

Assunto: Apurar irregularidades relacionadas ao acúmulo de água, limpeza de terrenos baldios e erosão existente nas proximidades da central de tratamento de esgoto de Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MEIO AMBIENTE – IRREGULARIDADES – ACÚMULO DE ÁGUA - EROSÃO – FALTA DE COLETA DE LIXO SANITÁRIO - DILIGÊNCIAS SATISFATÓRIAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil que no seu curso normal exaure seu objeto, sendo efetivada as providências necessárias por parte do Município, para sanar as irregularidades inicialmente verificadas.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

18. Inquérito Civil nº 4/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fundação Neotrópica do Brasil e o município de Bonito

Assunto: Apurar eventual malversação de verbas públicas, oriundas do Fundo Municipal do Meio Ambiente, no âmbito do Convênio nº 10/2015, na consecução dos projetos “Programa de Conservação Ambiental de Bonito - MS” pelos requeridos conveniados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE BONITO – CONVÊNIO FIRMADO ENTRE MUNICÍPIO E FUNDAÇÃO - MALVERSAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS - INOCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – COMPROVAÇÃO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELA FUNDAÇÃO - REGULAR PRESTAÇÃO DE CONTAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Impõe-se o arquivamento de procedimento instaurado para apurar eventual malversação de recursos públicos provenientes de convênio firmado entre o Município e a Fundação para execução de Projeto de Conservação, ante a farta documentação comprovando a devida execução das atividades previstas, bem como a regular prestação de contas por parte da Fundação, não sendo constatadas quaisquer irregularidades que justifique a prática de ato ilícito.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

19. Inquérito Civil nº 22/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta perturbação do sossego causada por ranchos, tais como: “Rancho do Xuxa 1, 2 e 3”, “Rancho Recanto Pantanal 1”, antigo “Rancho Tay” e “Rancho RC”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE COXIM – POLUIÇÃO SONORA – EXISTÊNCIA DE OUTRO PROCEDIMENTO COM O MESMO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o inquérito civil onde se apurou suposta prática de poluição sonora, ante a constatação de existência de outro procedimento com o mesmo objeto e de alcance mais amplo.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

20. Inquérito Civil nº 29/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ribas do Rio Pardo e outros

Assunto: Apurar possível apropriação de combustíveis custeados pelos cofres públicos e recebimento indevido de valores.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO – DENÚNCIA ANÔNIMA - IMPROBIDADE – APROPRIAÇÃO DE COMBUSTÍVEL CUSTEADO PELOS COFRES PÚBLICOS – RECEBIMENTO INDEVIDO DE VALORES - INOCORRÊNCIA - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL EXAURIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Impõe-se o arquivamento de procedimento que apurou eventual apropriação de combustível custeado pelos cofres públicos, tendo em vista que após esgotamento de diligências, não se constatou indícios capazes de demonstrar a ocorrência dos ilícitos descritos na denúncia anônima inicial.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

21. Inquérito Civil nº 25/2014

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Jardim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de empresa destinada a coleta, transporte e destinação do lixo do município de Jardim/MS, realizada através do Contrato nº 64/2013 e seu respectivo termo aditivo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE JARDIM – IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PELO MUNICÍPIO – SERVIÇO DE LIMPEZA DA CIDADE – ÁREAS DISTINTAS DE ATUAÇÃO DAS EMPRESAS - INEXISTÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o inquérito civil onde se apurou suposta irregularidade na contratação de empresas pelo Município para prestação do serviço de limpeza da cidade, ante a verificação de que as empresas investigadas apesar de prestarem serviço de limpeza, possuem objetos distintos de atuação, bem como constatou-se que não houve superfaturamento dos preços, não havendo assim quaisquer irregularidades na contratação.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000253-4**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: F.F.M.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pela servidora F.F.M., lotada no Museu MARCO (Fundação da Cultura).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO, EM TESE, PELA SERVIDORA F.F.M., LOTADA NO MUSEU MARCO (FUNDAÇÃO DA CULTURA) - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as supostas irregularidades apontadas na denúncia não restaram comprovadas, porquanto a servidora em questão cumpria devidamente sua jornada de trabalho enquanto exercia função de arte-educadora no Museu do MARCO, não havendo falar, portanto, em atos de improbidade administrativa praticados pela mesma. Ademais, cumpre salientar que a servidora em questão não faz mais parte do quadro de funcionários do Estado, sendo exonerada em 13/01/2015. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000031-8

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao erário em virtude de sinistro de trânsito ocorrido com veículo acautelado pelo Poder Judiciário ao Instituto Agrícola do Menor.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DANO AO ERÁRIO EM VIRTUDE DE SINISTRO DE TRÂNSITO OCORRIDO COM VEÍCULO ACAUTELADO PELO PODER JUDICIÁRIO AO INSTITUTO AGRÍCOLA DO MENOR OBJETO ESGOTADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto, ainda que em prazo excedente, o veículo em questão foi devidamente restituído conforme mandado de busca e apreensão cumprido em 15/03/2016. Além disso, ressalta-se que não restou configurado o dolo do Presidente do Instituto no atraso da entrega do veículo, sendo que o mesmo informou o local onde este se encontrava, bem como, posteriormente cumpriu a determinação judicial de devolução do veículo. Outrossim, cumpre salientar que a má-fé e o dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento, diante da inexistência de qualquer prejuízo ao erário. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000568-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa ocorrido na Prefeitura Municipal de Campo Grande, decorrente da contratação de profissionais nutricionistas, em detrimento dos aprovados no concurso público, que não foram nomeados para o cargo de nutricionista.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA OCORRIDO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NUTRICIONISTAS EM DETRIMENTO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO QUE NÃO FORAM NOMEADOS PARA O CARGO DE NUTRICIONISTA - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades apontadas na denúncia anônima não restaram confirmadas, porquanto todos os nutricionistas do quadro funcional da administração pública são concursados. Ademais, constatou-se que boa parte dos nutricionistas que foram aprovados no concurso em tela já se encontram empossados. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000630-1

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no atendimento oftalmológico realizado no Centro de Especialidades Médicas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO ATENDIMENTO OFTALMOLÓGICO REALIZADO NO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS - OBJETO ESGOTADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto a Promotoria de Justiça de origem tomou todas as medidas cabíveis, dentro dos limites de sua atribuição, para apurar e solucionar as irregularidades reclamadas, porém restou demonstrado que o alegado pelo denunciante se trata de fato isolado, de interesse individual, já que não sobrevieram aos autos outras denúncias referentes ao atendimento oftalmológico do Centro de Especialidades Médicas. Outrossim, ressalta-se que não se constatou irregularidades pelo referido médico no processo de sindicância, o que resultou em seu arquivamento. Além disso, cumpre salientar que não foram encontrados registros da referida ótica na Junta Comercial do Estado. Ademais, as informações sobre o funcionamento irregular da ótica “Olho Vivo” foram encaminhadas para distribuição em uma das Promotorias de Justiça do Consumidor, diante do possível dano a consumidores da cidade. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000752-2

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades apontadas no relatório da "CPI da

Máfia das Órteses e Próteses no Brasil", da Câmara dos Deputados, quanto à prescrição, fornecimento e implantação de próteses e órteses nos pacientes atendidos pelo SUS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES APONTADAS NO RELATÓRIO DA "CPI DA MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL", DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, QUANTO À PRESCRIÇÃO, FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PRÓTESES E ÓRTESES NOS PACIENTES ATENDIDOS PELO SUS - OBJETO ESGOTADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto o Estado de Mato Grosso do Sul não contratou com nenhuma das empresas relacionadas pela CPI em questão, para o fornecimento de próteses e órteses, não havendo, portanto, falar em quaisquer atos de improbidade administrativa praticados pela administração pública estadual ou do município de Campo Grande. Ressaltase que a investigação iniciada na Câmara dos Deputados se deu em decorrência de matéria veiculada no programa "Fantástico", que denunciou a atuação da chamada "Máfia das Órteses e Próteses no Brasil", sendo que o relatório final da CPI foi encaminhado para os Ministérios Públicos Estaduais para fins de conhecimento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000777-7

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estevão Antônio Petrallas

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas, em tese, por Estevão Antônio Petrallas, funcionário público lotado junto à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que o mesmo seria Presidente do Operário Futebol Clube (associação privada), bem como o horário de trabalho seria incompatível com o exercício do cargo ou função.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES PRATICADAS, EM TESE, POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO LOTADO JUNTO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, UMA VEZ QUE O MESMO SERIA PRESIDENTE DO OPERÁRIO FUTEBOL CLUBE (ASSOCIAÇÃO PRIVADA), BEM COMO O HORÁRIO DE TRABALHO SERIA INCOMPATÍVEL COM O EXERCÍCIO DO CARGO OU FUNÇÃO INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as supostas irregularidades apontadas na denúncia não restaram comprovadas, porquanto não houve por parte do servidor em questão o descumprimento da jornada de trabalho, uma vez que as reuniões da entidade privada Operário Futebol Clube aconteceram em finais de semana e quando em dias úteis, fora do horário de expediente da Assembleia Legislativa. Ademais, com relação à eventual cumulação do cargo público com o exercício de atividade privada, observou-se que a Lei nº 1.309/92, que institui o Estatuto dos Servidores do Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul, não apresenta vedação à cumulação do cargo com a direção de associação e entidades de interesse social, visto que as mesmas não ostentam fins econômicos, forma esta em que foi constituída a entidade "Operário Futebol Clube", consoante se depreende de seu Estatuto Social. Assim, pode-se concluir que a vedação dos incisos X e XI, do art. 175, da Lei nº 1.309/92, não abrange o exercício de direção da entidade "Operário Futebol Clube", não havendo falar, portanto, em impedimento legal para que o servidor exerça concomitantemente a atividade em questão caso haja a compatibilidade de horários. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00001314-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar eventual prejuízo ao erário e negligência à conservação do patrimônio público, consistente na substituição do motor do veículo Fiat, modelo Freemont, placas HTO-3693, por falta de manutenção regular.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL PREJUÍZO AO ERÁRIO E NEGLIGÊNCIA À CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, CONSISTENTE NA SUBSTITUIÇÃO DO MOTOR DO VEÍCULO FIAT, MODELO FREEMONT, PLACAS HTO-3693, POR FALTA DE MANUTENÇÃO REGULAR OBJETO ESGOTADO PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto

do feito está esgotado, porquanto os fatos relatados na denúncia anônima não restaram com provados, uma vez que a substituição do motor do veículo não se deu por mau uso ou falta de manutenção do mesmo, mas sim por caso fortuito. Ademais, cumpre salientar que foi instaurada sindicância pela administração pública a fim de apurar as causas dos danos que levaram à perda total do motor do automóvel, sendo que a comissão sindicante, em seu relatório final, concluiu que não houve culpa ou dolo do condutor do veículo no momento da colisão, o que afasta a sua responsabilização em reparar o dano causado no exercício da profissão. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 06.2016.00001410-1

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Eduardo Romero

Requerida: Prefeitura de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na omissão do Poder Público Municipal quanto à remoção de lixo e entulho em área do Bairro Santo Eugênio, nesta Capital, a qual estaria colocando em risco a saúde de moradores da região.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE NA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL QUANTO À REMOÇÃO DE LIXO E ENTULHO EM ÁREA DO BAIRRO SANTO EUGÊNIO, NESTA CAPITAL, A QUAL ESTARIA COLOCANDO EM RISCO A SAÚDE DE MORADORES DA REGIÃO -IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as supostas irregularidades apontadas foram devidamente sanadas, porquanto a administração pública adotou as medidas necessárias removendo o lixo e entulho da área em questão. Outrossim, cumpre salientar que a má-fé e o dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 06.2016.00001497-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria de Estado de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e

Inovação de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposto favorecimento na aprovação de projetos culturais para recebimento de benefícios do Fundo de Investimentos Culturais do Estado de Mato Grosso do Sul – FICMS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE SUPOSTO FAVORECIMENTO NA APROVAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS DO FUNDO DE INVESTIMENTOS CULTURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (FICMS) - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as supostas irregularidades apontadas na denúncia anônima não restaram comprovadas, porquanto, a análise dos projetos culturais aconteceu de acordo com a legislação vigente, havendo transparência na escolha e divulgação dos projetos aprovados. Cumpre salientar que a seleção de tais projetos não foi feita exclusivamente pela Presidente do Conselho, conforme alegado na denúncia, mas sim, com a participação do Conselho Estadual de Cultura na última etapa de seleção dos projetos contemplados com valores oriundos do FIC/MS, o qual foi composto por 15 pessoas, dentre as quais 9 (nove) eram representantes da esfera governamental e 6 (seis) representantes da sociedade civil, que, após analisarem 261 (duzentos e sessenta e um) projetos, aprovaram 79 (setenta e nove). Outrossim, a má-fé e o dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 06.2016.00001594-4

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Bruno Ribeiro Villela

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente na nomeação de três servidores municipais para coordenação de serviços em unidades socioassistenciais, sem a devida contraprestação pecuniária.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE CONSISTENTE NA NOMEAÇÃO DE TRÊS SERVIDORES MUNICIPAIS PARA COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS EM UNIDADES SÓCIOASSISTENCIAIS, SEM A DEVIDA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA - OBJETO ESGOTADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não foram constatadas irregularidades na contratação dos servidores em questão, uma vez que os mesmos exerciam funções através de contratos temporários com a Prefeitura Municipal de Campo Grande. Ademais, ressalta-se que os servidores Natanael Marques Oliveira e Talita Bonifácio Borges Delmondes afirmaram, em suas declarações prestadas na Promotoria de Justiça, que não têm interesse em reclamar acerca de eventuais valores devidos. Outrossim, observa-se que o próprio denunciante, Bruno Ribeiro Villela não foi encontrado para prestar esclarecimentos. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001499-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação de Combate ao Câncer da Grande Dourados Hospital do Câncer de Dourados

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na administração do Hospital do Câncer de Dourados-MS, nos termos noticiados pelo Ministério Público Federal.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DO CÂNCER DE DOURADOS-MS, NOS TERMOS NOTICIADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - OBJETO INSERIDO NO INQUÉRITO CIVIL N.º 32/2012 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que os fatos apurados no presente procedimento estão abrangidos pelo objeto do Inquérito Civil n.º 32/2012, o qual foi instaurado para “apurar eventuais irregularidades na utilização de doações de recursos do Hospital do Câncer de Dourados”. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000549-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na realização de festas no "Rancho Vilela", situado no município de Jaraguari/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA REALIZAÇÃO DE FESTAS NO "RANCHO VILELA", SITUADO NO MUNICÍPIO DE JARAGUARI/MS - OBJETO ESGOTADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatado que o objeto do feito foi esgotado, porquanto, não são mais realizados eventos no local. Ademais, verificou-se que as infrações administrativas apuradas foram devidamente penalizadas com a aplicação de multa decorrente de Auto de Infração. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

13. Procedimento Preparatório 06.2017.00000923-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Danilo Benelli de Almeida Alves

Assunto: Apurar os fatos noticiados no Auto de Infração n. 23342 IMASUL.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR OS FATOS NOTICIADOS NO AUTO DE INFRAÇÃO N. 23342 DO IMASUL - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se a inexistência de irregularidades a serem sanadas pelo requerido, porquanto a Delegada da Polícia Civil informou que não foi constatada a ocorrência de dano ambiental decorrente da atividade de pesca amadora praticada pelo requerido. Ademais, cumpre salientar que é cabível o reconhecimento do princípio da insignificância em crime contra o meio ambiente caso comprovado que o dano é de menor potencial ofensivo, diante da utilização de petrechos comuns de pesca amadora, com ausência de apreensão de pescado, se revelando insignificante a ofensa. Nesse sentido, tem-se o Enunciado n.º 3/CSMP. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

14. Inquérito Civil nº 06.2017.00001151-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Anaurilândia

Assunto: Apurar eventual abuso na utilização de licenças médicas pelos servidores administrativos e professores, contratados e concursados, vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ABUSO NA UTILIZAÇÃO DE LICENÇAS MÉDICAS PELOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS E PROFESSORES, CONTRATADOS E CONCURSADOS, VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - OBJETO ESGOTADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas foram devidamente sanadas, porquanto o Prefeito Municipal de Anaurilândia/MS acatou a recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual, criando o Decreto nº 1.289/2017, que regulamenta a concessão da licença para tratamento de saúde. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

15. Inquérito Civil nº 06.2017.00001594-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível prática de nepotismo na Prefeitura Municipal, diante do parentesco existente entre a funcionária contratada Léa Karla de Moura Dias e o servidor nomeado para cargo comissionado Ozéias Marinho de Lima.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DE NEPOTISMO NA PREFEITURA MUNICIPAL, DIANTE DO PARENTESCO EXISTENTE ENTRE FUNCIONÁRIA CONTRATADA E SERVIDOR NOMEADO PARA CARGO COMISSIONADO - ACATAMENTO DA RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatado que o objeto do feito está esgotado, porquanto a Recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual foi acatada com a exoneração dos servidores em situação caracterizadora de nepotismo, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

16. Inquérito Civil nº 11/2015

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Guia Lopes da Laguna/MS

Assunto: Apurar possível irregularidade no pagamento de diárias dos vereadores Ronaldo Brunet Pereira, Valério Antunes Arguelho, Ademar Barros.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO DE DIÁRIAS A DETERMINADOS VEREADORES DE GUIA LOPES DA LAGUNA – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que objeto do feito está esgotado, porquanto as diárias devidas aos vereadores, que foram comprovadas mediante documentação, restaram devidamente pagas pela Câmara Municipal, não havendo falar em distinção no pagamento das mesmas entre os vereadores da oposição e os que são a favor da administração municipal. Com relação às diárias pleiteadas pelos vereadores Ronaldo Brunet Pereira e Valério Antunes Arguelho, restou demonstrado que estas não foram pagas porque não houve a apresentação da documentação que comprovasse a atividade parlamentar fora do município pelos mesmos, nem foram encontradas tais documentações nos arquivos da Casa de Leis. Quanto às diárias reclamadas pelo vereador Ademar Barros, observou-se que estas foram devidamente pagas. Outrossim, verifica-se que a Câmara de Vereadores acatou a Recomendação n.º 07/2017 expedida a fim de que fossem tomadas as providências indicadas relativas à regulamentação das diárias dos vereadores. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

17. Inquérito Civil nº 28/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de servidores pelo município de Bonito.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE

SERVIDORES PELO MUNICÍPIO DE BONITO – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento ficou constatada a inexistência de irregularidades a serem sanadas, porquanto a administração pública municipal mantém como maioria de seu quadro de funcionários, os servidores concursados. Ademais, verificou-se que grande parte dos profissionais da área da educação são concursados, sendo poucos os contratados. Além disso, cumpre salientar que, em pesquisa realizada pelo i. Promotor de Justiça no site da Transparência da Prefeitura Municipal de Bonito, ficou comprovado que todos os técnicos de saúde bucal são estatutários. No que se refere aos guarda-vidas, constatou-se que 04 dos 07 servidores são concursados, sendo que os contratados temporariamente iniciaram em 2017, não havendo falar em contratação irregular, tendo em vista que no concurso anterior (2015) foram aprovados somente 02 candidatos para o cargo. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

18. Procedimento Preparatório nº 9/2014

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Glória de Dourados
Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Glória de Dourados

Assunto: Apurar a falta de métodos de controle de pragas urbanas (pombos) no Terminal Rodoviário do município de Glória de Dourados e na Escola Municipal Dois de Maio, pela Prefeitura Municipal.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR A FALTA DE MÉTODOS DE CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (POMBOS) PELA PREFEITURA MUNICIPAL NO TERMINAL RODOVIÁRIO E NA ESCOLA MUNICIPAL DOIS DE MAIO – CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TAC – IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, mediante assinatura e cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

19. Inquérito Civil nº 21/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Reinaldo Olegário Marques

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no recebimento de diárias pelo senhor Reinaldo Olegário Marques, servidor temporário deste Município, o que caracteriza, em tese, ato de improbidade administrativa, em razão do possível enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e violação aos princípios da Administração Pública, nos termos do que dispõe a Lei nº 8.429/92.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO RECEBIMENTO DE DIÁRIAS POR SERVIDOR TEMPORÁRIO DESTE MUNICÍPIO, O QUE CARACTERIZA, EM TESE, ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, EM RAZÃO DO POSSÍVEL ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, PREJUÍZO AO ERÁRIO E VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, tendo em vista a ausência de atos de improbidade administrativa no recebimento de diárias pelo servidor em questão, não restando configurado dano ao erário público. O que de fato se constatou foi que o mesmo não recebeu todos os valores referentes às viagens realizadas, de acordo com a planilha elaborada, o qual poderá pleitear o seu interesse lesado na esfera individual. Outrossim, cumpre salientar que a má-fé e o dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento, diante da inexistência de qualquer prejuízo ao erário. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

20. Inquérito Civil nº 58/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Guttemberg Mertatti Prata Vieira, fazenda Santa Catarina

Assunto: Dificultar a regeneração natural de vegetação nativa em área de preservação permanente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL PRESENÇA DE GADO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO

PERMANENTE, DIFICULTANDO ASSIM, A REGENERAÇÃO NATURAL DA VEGETAÇÃO NATIVA QUE MARGEIA O Córrego Capão Grande – CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TAC – IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, mediante assinatura e cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

21. Inquérito Civil nº 42/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul - FETEMS

Requerido: Município de Nova Andradina/MS

Assunto: Apurar o descumprimento pelo município de Nova Andradina/MS da carga horária dos profissionais do magistério público definida no art. 2º, §4º, da Lei nº 11.738/2008.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR O DESCUMPRIMENTO PELO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS DA CARGA HORÁRIA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DEFINIDA NO ART. 2º, § 4º, DA LEI Nº 11.738/2008 – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento ficou constatado que as irregularidades foram devidamente sanadas, porquanto, a administração pública municipal adotou as medidas necessárias para atuar em cumprimento com a Lei nº 11.738/2008, garantindo aos professores 1/3 de sua carga-horária para desenvolver suas atividades, em consonância com o previsto no art. 2º, § 4º, da referida lei. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

22. Inquérito Civil nº 124/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente no tratamento desigual entre policiais militares, especialmente quanto a supostos benefícios recebidos por apadrinhados dos coronéis da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE CONSISTENTE NO TRATAMENTO DESIGUAL ENTRE POLICIAIS MILITARES, ESPECIALMENTE QUANTO A SUPOSTOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS POR “APADRINHADOS” DOS CORONÉIS DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades apontadas na denúncia anônima não restaram confirmadas, porquanto o concurso em questão ocorreu dentro dos parâmetros estabelecidos na legislação vigente. Conforme demonstrado, o referido certame possibilitou a participação de todos os interessados, inclusive de policiais (cabos e soldados) e não apenas de uma classe de candidatos, sendo que a administração pública optou em abrir concurso próprio para oficialato a fim de aumentar o número de Policiais e Bombeiros Militares, e não apenas promoveu os policiais integrantes do quadro. Além disso, verificou-se que todas as nomeações ocorreram de forma regular, em observância ao prazo de vigência do concurso. Outrossim, ressalta-se que a ampliação das vagas do certame aconteceu em decorrência da necessidade de recursos humanos para o preenchimento cargos/funções nos órgãos criados pela Lei Complementar n.º 190, de 04 de abril de 2014, que trata da organização, composição e da instituição e funcionamento da PMMS, a fim de atender a demanda da Instituição. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

23. Inquérito Civil nº 3/2013 - Anexo S

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Benedito Aparecido Buzetti

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Dulce.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para a adoção das providências cabíveis, a fim de que notifique o Fundo Municipal de Meio Ambiente de Paranaíba para providenciar o registro no “Cadastro de Entidades Beneficiárias de TAC”, no site do Ministério Público Estadual, para posterior análise por este Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do voto da Relatora.

24. Inquérito Civil nº 229/2012 - Anexo REM

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de eventuais danos ambientais ocorridos na propriedade rural denominada fazenda Nova Esperança.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A NOTÍCIA DE EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS OCORRIDOS NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA FAZENDA NOVA ESPERANÇA – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do presente procedimento está esgotado, porquanto, a área de reserva legal da propriedade rural em questão encontra-se em processo de reconstituição natural, não sendo constatada a presença de cocho de trato animal, nem de pastoreio em seu interior, estando, portanto, de acordo com a legislação ambiental vigente. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

25. Inquérito Civil nº 3/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual implantação do Projeto Brasil Transparente na comarca de Porto Murtinho.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A EVENTUAL IMPLANTAÇÃO DO PROJETO “BRASIL TRANSPARENTE” NA COMARCA DE PORTO MURTINHO – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP – ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ, COM A REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO N.º 05/2015 – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007, de 27.11.2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo n. 09.2017.00002521-3, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

26. Inquérito Civil nº 22/2014

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Porto Murtinho

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar o dano ambiental decorrente da queima de pneus inservíveis indevidamente armazenados pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR O DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA QUEIMA DE PNEUS INSERVÍVEIS, ARMazenados INDEVIDAMENTE PELA PREFEITURA MUNICIPAL – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP – ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ, COM A REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO N.º 05/2015 – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007, de 27.11.2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo n. 09.2017.00002509-0, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

27. Inquérito Civil nº 20/2009

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Maragno

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado fazenda Santo Antônio de propriedade do requerido, localizado no município de Nioaque, a fim de que sejam adotadas as medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE NIOAQUE/MS, A FIM DE QUE SEJAM ADOTADAS AS MEDIDAS NECESSÁRIAS À SUA REGULARIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES – PROJETO RIO MIRANDA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP – ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ, COM A REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO N.º 05/2015 – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007, de 27.11.2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo n. 09.2017.00003217-0, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

28. Inquérito Civil nº 9/2014

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar denúncia de eventual favorecimento do Município de Três Lagoas à empresa W.R. Engenharia, seja pela disponibilização de área pública para instalação de antena de comunicação, seja por patrocinar a desmontagem e a remontagem da antena noutra área, seja por pagar serviço de vigilância para a proteção de patrimônio privado (local em que antena de comunicação foi instalada).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DENÚNCIA DE EVENTUAL FAVORECIMENTO DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS À EMPRESA W.R ENGENHARIA, TENDO EM VISTA A DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA PARA INSTALAÇÃO DE ANTENA DE COMUNICAÇÃO, “PATROCINAR” A DESMONTAGEM E A REMONTAGEM DA ANTENA NOOUTRA ÁREA, BEM COMO PAGAR SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PARA A PROTEÇÃO DE PATRIMÔNIO PRIVADO – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento verificou-se a inexistência de atos de improbidade administrativa, porquanto, a Prefeitura Municipal promoveu a retirada das instalações e da torre da empresa WR, tendo arcado com os custos da remoção, visando atender o interesse público, para garantir a liberação pela ANAC dos voos do Aeroporto Municipal que tinha sido inaugurado recentemente, e não para beneficiar a referida empresa em prejuízo ao erário, como relatado na denúncia. Ademais, constatou-se que a remoção foi realmente necessária, já que apenas o rebaixamento da antena não seria suficiente para a liberação do tráfego aéreo na região, caso contrário causaria prejuízos ao município e à sociedade, principalmente às atividades empresariais. Cumpre salientar, outrossim, que a Prefeitura Municipal encaminhou o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a ceder sob regime de cessão não onerosa a área em que está localizada a empresa WR Construtora, Eletricidade e Iluminação Ltda. Por outro lado, certificou-se que a Prefeitura não custeia o monitoramento do local, pois a área em que a antena se encontra instalada não está abrangida pelo contrato de prestação de serviços de monitoramento que o executivo mantém com a empresa SVM. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

29. Inquérito Civil nº 21/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Alvorada/MS

Assunto: Averiguar a regularidade de eventual contrato nº 291/11 de prestação de serviços advocatícios celebrado entre o município de Nova Andradina e Aires Gonçalves e Advogados Associados S/S.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES EM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA E EMPRESA DE ADVOGADOS – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento verificou-se que o contrato realizado pelo poder público com a empresa de advogados, mediante Inexigibilidade de Licitação, ocorreu em conformidade com a legislação vigente, em observância ao disposto nos artigos 13 e 25 da Lei 8.666/93, tendo em vista a natureza singular do serviço e a especialização do profissional contratado.

Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

30. Inquérito Civil nº 63/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ana Lúcia Pereira Centurion

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no fato de haver casas, adquiridas por meio da EMHA e AGEHAB, abandonadas ou vazias no Conjunto Vila Fernando e no conjunto João Amorim.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO FATO DE HAVER CASAS ADQUIRIDAS POR MEIO DA EMHA E AGEHAB, ABANDONADAS OU VAZIAS NOS CONJUNTOS VILA FERNANDO E JOÃO AMORIM – PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA, MINHA VIDA – RESPONSABILIDADE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – ARTIGO 109, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – RECONHECIMENTO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO – REMESSA DESTE PROCEDIMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – ENUNCIADO N.º 16/CSMP – BAIXA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA AS PROVIDÊNCIAS E ANOTAÇÕES. A par disso, reconheço o declínio de atribuição apresentado pelo *parquet* estadual e, nos termos de 2007, determino a baixa do Inquérito Civil nº 11/2015 à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, remetendo-se o feito à Promotoria de Justiça de origem para que esta remeta os autos ao Ministério Público Federal, para adoção das providências que julgar necessárias.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho reconheceu o declínio de atribuição apresentado e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que esta remeta os autos ao Ministério Público Federal, para adoção das providências que julgar necessárias, nos termos do voto da Relatora.

31. Inquérito Civil nº 20/2013

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na concessão do incentivo referente ao Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande - PRODES, em relação às empresas que se estabeleceram no “Polo Empresarial de Reciclagem”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DO INCENTIVO REFERENTE AO PROGRAMA DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE CAMPO GRANDE, EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS QUE SE ESTABELECEAM NO “POLO EMPRESARIAL DE RECICLAGEM” – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, observa-se que as irregularidades apontadas que ensejaram a instauração deste Inquérito Civil, integram as cláusulas do TAC firmado no Inquérito Civil n.º 07/2014, cujo acompanhamento e fiscalização são objeto do Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002973-8, instaurado pela 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS. Ademais, verificou-se que a Secretaria Municipal de desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia - SEDESC informou que vem tomando providências a fim de reverter as doações irregulares, reintegrando-as ao Município), em cumprimento ao disposto no referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

32. Inquérito Civil nº 14/2013

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Emílio Quendi Oshita

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, consistente na construção de uma estrada de entorno do loteamento Chácaras “Novo Horizonte”, localizada às margens do Rio Aquidauana em Terenos/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL CONSISTENTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRADA DE ENTORNO DO LOTEAMENTO CHÁCARAS NOVO HORIZONTE, LOCALIZADA ÀS MARGENS DO RIO AQUIDAUANA EM TERENOS/MS – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto, foi protocolado Projeto de Recuperação da Área Degradada – PRADE junto ao IMASUL, sendo que, conforme relatório

de vistoria, a área se encontra isolada e em regeneração natural, inclusive com espécies arbóreas e arbustivas, inexistindo irregularidades ambientais. Ademais, cumpre salientar que foi promovida a inscrição da propriedade em questão no Cadastro Ambiental Rural do Mato Grosso do Sul – CAR/MS. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

33. Inquérito Civil nº 15/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jaraguari/MS

Assunto: Apurar possível situação de nepotismo e desvio função pelos servidores públicos do município de Jaraguari, bem como seus reflexos na seara da improbidade administrativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL SITUAÇÃO DE NEPOTISMO E DESVIO DE FUNÇÃO PELOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JARAGUARI, BEM COMO SEUS REFLEXOS NA SEARA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – EXONERAÇÃO – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto a administração pública exonerou todos os servidores apontados na denúncia que exerciam cargos em comissão e os que estariam atuando em desvio de função. No tocante ao alegado acúmulo de função pela servidora E. J., tal fato não restou comprovado, sendo que esta integra somente o quadro de servidores do Município de Bandeirantes, não possuindo vínculo funcional com o município de Jaraguari. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

34. Inquérito Civil nº 9/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Dourados

Assunto: Apurar eventual omissão do poder público municipal, no tocante à suposta ocupação irregular de passarelas públicas no bairro Parque Alvorada.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, NO TOCANTE À SUPOSTA OCUPAÇÃO IRREGULAR DE PASSARELAS PÚBLICAS NO BAIRRO PARQUE ALVORADA – AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE PELO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatado que o objeto do feito está esgotado, porquanto, o Município de Dourados propôs Ação de Reintegração de Posse, registrada sob o n.º 0806154.63.2015.8.12.0002, visando restaurar a normalidade da ordem pública violada em razão da ocupação irregular das passarelas públicas, a qual, inclusive já foi arquivada, tendo em vista que a área foi reavida pelo município. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

35. Inquérito Civil nº 134/2012

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da existência de irregularidades ambientais decorrentes da falta de conservação do solo na fazenda Adonai, em Naviraí/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A NOTÍCIA DA EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS DECORRENTES DA FALTA DE CONSERVAÇÃO DO SOLO NA FAZENDA ADONAI, EM NAVIRAÍ/MS – IRREGULARIDADE SANADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas foram devidamente sanadas, porquanto os processos erosivos inicialmente encontrados não mais subsistem na propriedade em questão, sendo que a proprietária tomou as providências necessárias para corrigir os pontos de erosão. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

36. Inquérito Civil nº 14/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a responsabilidade pela eventual prática de dano ao meio ambiente, ocorrido na propriedade rural denominada fazenda Nossa Senhora Aparecida, em razão da descaracterização de cobertura vegetal pela permanência de animais de cultura agropecuária em área de preservação permanente, também demarcada como Reserva Legal.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pela não homologação da promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, a fim de que seja intimado o proprietário do imóvel rural para que apresente a comprovação da regularidade da área de reserva legal e de preservação permanente mediante a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR, nos termos do voto da Relatora.

37. Inquérito Civil nº 2/2010

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba - Assunto: Apurar irregularidades na Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADES NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PARANAÍBA – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades apontadas foram devidamente sanadas, porquanto, a Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba adotou as medidas necessárias a fim de que fossem cumpridas as recomendações expedidas nos relatórios de vistoria. Outrossim, cumpre salientar que a má-fé e o dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001479-0**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar ausência de pagamento de verba pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - COMARCA DE DOURADOS - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES QUANTO À AUSÊNCIA DE REPASSE, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS, DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUSÊNCIA DE LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÕES INDIVIDUAIS E AÇÃO COLETIVA ARTIGO 104 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA – REMESSA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES. 1. Promoção de arquivamento fundamentada na ausência de interesse na continuidade das investigações, em virtude de ajuizamento de ações individuais propostas pelo município de Dourados/MS e pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dourados/MS com o mesmo objeto do presente procedimento. 2. Ausência de litispendência entre ação individual e ação civil pública, consoante disposto no artigo 104 do Código de Defesa do Consumidor. O ajuizamento de ação individual não retira o interesse do Ministério Público em apurar eventual ato de improbidade administrativa. 3. Promoção de arquivamento não homologada. Retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para a continuidade das investigações.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho não homologou a promoção de arquivamento, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para cumprimento das diligências elencadas no voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001087-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidade em contratação de servidores.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ELDORADO - PATRIMÔNIO PÚBLICO APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES PARA EXERCER ATIVIDADE DE

MONITORIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - NÃO CONFIGURADO. O município de Eldorado/MS cumpriu a recomendação ministerial mediante rescisão dos contratos temporários com monitores de educação infantil, demonstrando boa-fé dos agentes públicos. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001732-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaquiraí

Assunto: Apurar irregularidades em empréstimo consignado.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ITAQUIRAÍ - PATRIMÔNIO PÚBLICO - DENÚNCIA ANÔNIMA NOTICIANDO EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM DECORRÊNCIA DE AUMENTO IRREGULAR DA MARGEM CONSIGNÁVEL DE EMPRÉSTIMOS DE DETERMINADOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES DENÚNCIA ANÔNIMA DESPROVIDA DE VEROSSIMILHANÇA. Arquivamento justificado. Inconsistência da denúncia anônima que se limitou a fazer afirmações genéricas sem trazer elementos de prova. Comprovado nos autos que os empréstimos consignados de servidores públicos municipais são realizados de forma regular, em consonância com o que dispõe a Lei Federal nº 10.820/03. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001240-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Terezinha Maria Teixeira

Requerido: Município de Aquidauana

Assunto: Apurar omissão municipal na prestação de serviços de avaliação de imóveis e recolhimento de ITBI Imposto de Transmissão de Bens Imóveis.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE AQUIDAUANA/MS PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA/MS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E RECOLHIMENTO E ITBI (IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS) - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - IRREGULARIDADES SANADAS. Comprovou-se nos autos que o município de Aquidauana adotou as medidas necessárias para sanar as irregularidades inicialmente constatadas no sistema operacional do Cartório de Notas, que, atualmente, está em pleno funcionamento. Não constatação de omissão dolosa apta a configurar ato de improbidade administrativa. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000503-9

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Procuradoria-Geral do Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual omissão do município de Campo Grande na limpeza das redes de drenagem da região da Lagoa.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO MUNICÍPIO NA LIMPEZA DAS REDES DE DRENAGEM DA REGIÃO DA LAGOA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - IRREGULARIDADES SANADAS - MEDIDAS REALIZADAS. Comprovou-se nos autos que o município de Campo Grande/MS realizou a manutenção e a limpeza da rede de drenagem e das bocas de lobo na região da Lagoa, sanando as irregularidades inicialmente constatadas. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000613-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Miranda

Assunto: Apurar irregularidade nos salários dos servidores.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE MIRANDA/MS - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM VIRTUDE DE ATRASO NO

PAGAMENTO DE SALÁRIO DE SERVIDORES MUNICIPAIS - IRREGULARIDADES SANADAS - PAGAMENTO EFETUADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação de que houve o pagamento integral dos valores devidos aos servidores municipais, sanando as irregularidades inicialmente constatadas.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000924-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: CAOMA - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Pesca

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MEIO AMBIENTE - COMARCA DE NIOAQUE - PESCA IRREGULAR SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE QUE APLICOU PENALIDADE NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO - CONFIGURADO DANO AMBIENTAL DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO QUE DISPENSA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL OU DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 3 DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Tratando-se de dano ambiental inexistente ou de menor potencial ofensivo, a reparação ou a compensação pode limitar-se ao juízo administrativo e ao criminal. Nessa hipótese, os procedimentos administrativos ou criminais encaminhados ao Ministério Público ensejarão a mera instauração de notícia de fato, dispensando-se a instauração de inquérito civil ou de procedimento preparatório, conforme Enunciado nº 3 do Conselho Superior do Ministério Público. Havendo manifesta evidência de que não houve lesão aos interesses difusos ou sendo o dano ambiental de menor potencial ofensivo, a notícia de fato deverá ser arquivada no próprio órgão de execução, sem necessidade de remessa dos autos para a homologação da promoção de arquivamento, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001155-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Juti

Assunto: Apurar omissão municipal.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CAARAPÓ/MS – INFÂNCIA E JUVENTUDE APURAR EVENTUAL OMISSÃO, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE JUTI/MS, EM EFETUAR REPASSES AO CENTRO MARIE ARIANE - CEMA - CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES FACE À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. O TAC celebrado atende à defesa dos interesses tutelados neste procedimento preparatório, bem como está em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, sendo fundamento suficiente para o arquivamento. Instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público e dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 015/2007-PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 10/2014

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Usina Hidrelétrica São Domingos

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do derramamento de óleo lubrificante no leito do Rio Verde pela Usina Hidrelétrica São Domingos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ÁGUA CLARA - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NO LEITO DO RIO VERDE CAUSADO POR DERRAMAMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE REALIZADO PELA USINA HIDRELÉTRICA DOMINGOS - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação de ausência de dano ambiental praticado pela Usina Hidrelétrica São Domingos, conforme consta do relatório de vistoria elaborado pela Polícia Militar Ambiental.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 21/2012

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lions Clube de Coxim

Assunto: Apurar possíveis irregularidades ante a falta de reparos necessários no Albergue São Francisco, ocasionando riscos à saúde dos usuários e dos funcionários do local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE COXIM/MS – CIDADANIA - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO FUNCIONAMENTO DO ALBERGUE SÃO FRANCISCO, EM VIRTUDE DE FALTA DE REPAROS ESTRUTURAIS - IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação de que as irregularidades inicialmente constatadas no Albergue São Francisco foram devidamente sanadas, havendo condições adequadas ao seu pleno funcionamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 6/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alonso Custódio Lemos

Assunto: Apurar eventual dano provocado em área de preservação permanente, falta de medidas de conservação do solo e a regularidade jurídico-ambiental da propriedade de Alonso Custódio de Lemos, localizada nas imediações do bairro Alto.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMAPUÃ – MEIO AMBIENTE - DANO AMBIENTAL NA PROPRIEDADE DE ALONSO CUSTÓDIO LEMOS, EM VIRTUDE DE PROCESSO EROSIVO - PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO CONHECIDA - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 17 DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Tratando-se de propositura de ação civil pública ambiental em face do requerido em decorrência das irregularidades apuradas neste inquérito civil, é incabível a promoção de arquivamento. A partir da judicialização da causa, o julgamento acerca do procedimento investigatório será de competência exclusiva do Poder Judiciário. O Conselho Superior do Ministério Público não terá atribuição para deliberar sobre o assunto e, havendo a remessa equivocada, não conhecerá da promoção de arquivamento, conforme disposto no Enunciado nº 17, de 23 de novembro de 2017. Promoção de arquivamento não conhecida. Retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem.

Deliberação: à unanimidade, o conselho votou pelo não conhecimento da promoção de arquivamento e converteu o julgamento em diligência, nos termos do artigo 26, §5º, da Resolução nº 015/2007-PGJ e do artigo 10, §4º, inciso I, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, determinando a baixa dos autos ao órgão de execução de origem para que preserve os autos originais do presente inquérito civil no âmbito interno da respectiva Promotoria de Justiça, nos termos do voto da Relatora.

12. Inquérito Civil nº 56/2014

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as irregularidades constatadas pelo Conselho Regional de Farmácia relacionadas à dispensação de medicamentos pelo Município de Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NOVA ANDRADINA/MS – CIDADANIA - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS PELO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante adoção de medidas eficazes pelo município de Nova Andradina/MS para solucionar os problemas de distribuição e armazenamento de medicamentos, concentrando-os na farmácia central e na do distrito de Nova Casa Verde.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

13. Inquérito Civil nº 36/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público do município de Itaporã, tendo em vista a prática de improbidade

administrativa, consistente na irregularidade e/ou fraude na contratação de locação de vários veículos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ITAPORÃ – PATRIMÔNIO PÚBLICO – DENÚNCIA ANÔNIMA NOTICIANDO EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE EM IRREGULARIDADES NA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PELO MUNICÍPIO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. Inconsistência da denúncia anônima que se limitou a fazer afirmações genéricas sem trazer elementos de prova acerca de irregularidades na locação de veículos pelo município de Itaporã/MS Comprovou-se nos autos a regularidade dos procedimentos licitatórios e contratos administrativos celebrados. Ausência de prejuízo ao erário (artigo 10 da Lei 8.429/92) e conduta dolosa para a tipificação dos atos de improbidade descritos nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

14. Inquérito Civil nº 5/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jesus de Souza Rego

Assunto: Apurar eventuais denúncias de possível ato de improbidade administrativa praticada por Jesus de Souza Rego, ocorrido no município de Alcínópolis/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE COXIM – PATRIMÔNIO PÚBLICO – DENÚNCIA ANÔNIMA NOTICIANDO EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO POR JESUS DE SOUZA REGO NO EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO COMO VEREADOR NO MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS/MS, BEM COMO IRREGULARIDADES EM SUA NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE JUIZ DE PAZ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA NOMEAÇÃO PARA JUIZ DE PAZ – EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO NO EXERCÍCIO DO CARGO DE VEREADOR PRESCRITO. 1. Inconsistência da denúncia anônima que se limitou a fazer afirmações genéricas sem trazer elementos de prova acerca de irregularidades na nomeação do requerido para o cargo de Juiz de Paz, cujo mandato encerrou-se em 2012. Ausência de subsídios que demonstrem a incompatibilidade para o exercício da função. 2. Eventual ato de improbidade administrativa em virtude de utilização de bens públicos enquanto ocupava o cargo de Vereador encontra-se prescrito, em virtude de ter transcorrido o lapso temporal de cinco anos do término do mandato previsto no artigo 23, inciso I, da Lei 8.429/92. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

15. Inquérito Civil nº 8/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ésio Bonifácio da Costa e o Ministério Público Estadual

Requerido: Tecsil Tecnologia em Silagens

Assunto: Visando averiguar a situação ambiental da empresa Tecsil Tecnologia em Silagens, localizada na Rodovia MS 355, km 014, zona rural, Terenos/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE TERENOS/MS - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE EXERCIDA PELA EMPRESA TECSILO TECNOLOGIA EM SILAGENS – AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Comprovação de regularidade ambiental da atividade exercida pela empresa requerida, conforme consta do relatório de vistoria elaborado pela Polícia Militar Ambiental. Informação do IMASUL acerca da desnecessidade de licenciamento ambiental. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

16. Inquérito Civil nº 25/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de suposto pagamento manifestadamente desproporcional pelo município de Jaraguari/MS com relação à desapropriação de dois hectares em frente à BR163 (cemitério municipal, próximo à Polícia Rodoviária Federal).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BANDEIRANTES – PATRIMÔNIO PÚBLICO – NOTÍCIA ANÔNIMA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM DECORRÊNCIA DE SUPOSTO PAGAMENTO

MANIFESTAMENTE DESPROPORCIONAL PELO MUNICÍPIO DE JARAGUARI/MS EM DESAPROPRIAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – REGULARIDADE DO VALOR DO IMÓVEL. Inconsistência da denúncia anônima que se limitou a fazer afirmações genéricas sem trazer elementos de prova acerca de irregularidades no pagamento de terreno desapropriado. Comprovou-se nos autos que o valor foi atribuído ao imóvel por perito nomeado pelo juiz. Ausência de prejuízo ao erário (artigo 10 da Lei 8.429/92) e conduta dolosa para a tipificação dos atos de improbidade descritos nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

17. Inquérito Civil nº 107/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ao erário e ofensa aos princípios da Administração Pública, resultante da suposta paralisação de obras da Escola Estadual Prof.^a Alice Nunes Zampiere e da Escola Estadual Prof.^a Fausta Garcia Bueno.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM DECORRÊNCIA DE SUPOSTA PARALISAÇÃO DAS OBRAS DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ALINE NUNES ZAMPIERE E DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA FAUSTA GARCIA BUENO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – IRREGULARIDADES SANADAS. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação de conclusão das obras nas quadras esportivas da Escola Estadual Professora Aline Nunes Zampiere e da Escola Estadual Professora Fausta Garcia Bueno, sanando as irregularidades que deram ensejo ao início das investigações.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Campo Grande, 21 de fevereiro de 2018.

Helton Fonseca Bernardes

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

ESCOLA SUPERIOR

EDITAL Nº 032/2018/PJ TRÊS LAGOAS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das Promotorias de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, declara a DECADÊNCIA do direito de ser empossado o candidato ANTÔNIO RODRIGUES NETO, aprovado em 19º lugar do período vespertino, no referido Processo de Seleção, referente ao curso de Direito, uma vez que tal candidato não apresentou a documentação necessária ao credenciamento no prazo indicado no Edital de Convocação nº 028/2017, publicado no DOMP-MS nº 1665, de 31 de janeiro de 2018. Com isso, torna público a CONVOCAÇÃO do candidato LEONARDO HENRIQUE CHIMINI, aprovado em 20º lugar do período vespertino, e do candidato PEDRO HENRIQUE LABEGALINI SANCHES, aprovado em 18º lugar do período matutino, no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários do Curso de Nível Superior em Direito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca Três Lagoas, objeto do Edital nº 001/2016/PJ Três Lagoas, de 12 de julho de 2016, publicado no DOMP-MS nº 1320, de 15 de julho de 2016 para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Três Lagoas.

Três Lagoas/MS, 21 de fevereiro de 2018.

ROSANA SUEMI FUZITA IRIKURA

Promotora de Justiça

Art. 31, §1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.

DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;

II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estagiário/semestre o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;

III - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;

IV - certidão de inexistência de antecedentes criminais;

V - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução nº015/2010-PGJ.

VI – declaração pessoal de não cumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;

VII - atestado de exame ABO-RH;

VIII- número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;

IX - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;

X- Ficha de Cadastro (disponível no site do CEAF) digitada em todos os campos e assinada.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 1/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/2633/2017).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de roteirização, produção, filmagem, sonorização e edição de 1 (um) vídeo-documentário institucional de aproximadamente 6 (seis) minutos sobre o Projeto Motociclista Legal e uma versão reduzida do mesmo material, com aproximadamente 30 (trinta) segundos, para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 8 de março de 2018.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na sede do Ministério Público Estadual - PGJ.

Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do MP/MS, em 20/2/2018:

- Pregoeiro: Emerval Carmona Gomes;

- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Carla Maria Bagordakis;

- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Hermes Alencar de Lima e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;

- Fiscalização Contratual: Assessoria de Comunicação/PGJ.

Campo Grande, 21 de fevereiro de 2018.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 55/PGJ/2018, PUBLICADO NO DOMP-MS Nº 1.677, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Extrato da Carta-Contrato nº 55/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0218/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- LUIZARI & LUIZARI LTDA, representada por Lucilene Gomes Luizari.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão de 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Jardim – MS.

Valor estimado mensal: R\$320,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000285, de 16.01.2018.

Vigência: 19.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 19.01.2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 3/2018**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande, torna pública a instauração do procedimento administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, nº 232, Bairro Itanhangá Park.

Procedimento Administrativo: 09.2018.00000513-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande-MS.

Objeto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações contidas na sentença proferida na Ação Civil Pública n. 0804877-83.2013.8.12.0001, referente ao tombamento do Museu José Antonio Pereira e sua preservação.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2018.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO
Promotora de Justiça

EDITAL N. 0008/2018/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n.232, Itanhangá Park.

Inquérito Civil 06.2018.00000265-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde - SESAUI

Assunto: Apurar a falta/insuficiência de equipamentos/aparelhos e insumos no Centro de Especialidades Médicas de Campo Grande - CEM.

Campo Grande, MS, 20 de fevereiro de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL N. 0009/2018/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n.232, Itanhangá Park.

Inquérito Civil 06.2018.00000107-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde - SESAUI

Assunto: Apurar a falta/insuficiência de equipamentos e aparelhos necessários ao atendimento da população na UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE AERO RANCHO.

Campo Grande, MS, 20 de fevereiro de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL N. 0010/2018/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n.232, Itanhangá Park.

Inquérito Civil 06.2017.00001403-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar irregularidades apontadas no Relatório de Vistoria CRM/MS n. 35/2017.

Campo Grande, MS, 20 de fevereiro de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL N. 0011/2018/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n.232, Itanhangá Park.

Inquérito Civil 06.2018.00000122-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar a falta/insuficiência de equipamentos/aparelhos no Centro Ortopédico Municipal – CENORT.

Campo Grande, MS, 20 de fevereiro de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI
Promotora de Justiça

DOURADOS

NOTÍCIA DE FATO N. 01.2017.00010882-2

Requerente: Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Dourados/MS

Requerido: Município de Dourados/MS

Objeto: Registrar notícia indicativa de retrocesso ambiental consistente na proposta de lei que diminui o recuo de preservação das zonas de interesse ambiental do município de Dourados/MS.

RECOMENDAÇÃO n. 0002/2018/11PJ/DOS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu 11º Promotor de Justiça da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007/PGJ dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que, o art. 44 da referida norma ainda estabelece que "O órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis" (Constituição Federal, artigo 127, caput), sendo-lhe dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos direitos difusos nos termos do artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c. artigo 81, parágrafo único, incisos I a III, da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sendo, ainda, sua função institucional zelar pelo efetivo respeito ao meio ambiente e proteção à coletividade (art. 1º, incisos I e IV, Lei n. 7.347/85);

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil tem como princípios da ordem econômica a função social ambiental da propriedade e a defesa do meio ambiente, dentre outros, nos termos do art. 170, incs. III e VI, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é direito de todos o acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade defendê-lo e preservá-lo, nos moldes do art. 225 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que, dentre os princípios que regem a matéria dedicada à proteção ambiental, destaca-se o

princípio da vedação ao retrocesso ambiental;

CONSIDERANDO que a proibição do retrocesso em matéria ambiental vem exatamente no sentido de garantir que no evoluir do tempo e da edição de novas normas e de sua aplicação, também se mantenha o piso de garantias constitucionalmente postas ou se avance na proteção do meio ambiente;

CONSIDERANDO que, para a doutrina, o princípio da proibição ao retrocesso ambiental seria uma arma para impugnar alterações introduzidas na legislação que, a seu juízo, venham a estabelecer um padrão de proteção ambiental manifestamente inferior ao anteriormente existente (MILLARE, Edis, Direito do Ambiente. 10ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 277);

CONSIDERANDO que, no bojo da notícia de fato em epígrafe, constatou-se que o Município de Dourados propôs ao legislativo municipal o Projeto de Lei Complementar n. 15, de 21 de novembro de 2017, para alterar dispositivos da Lei Complementar n. 205/2012, que dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e do Sistema Viário do Município de Dourados/MS;

CONSIDERANDO que, o Projeto de Lei sob comento visa a alterar a redação do § 1º do art. 12 da LUOS, que atualmente dispõe: "§ 1º. Todas as edificações em Zonas Especiais de Interesse Ambientais Urbanas (ZEIA- Urbana), demonstradas no ANEXO VII da Lei Complementar nº 072, de 30 de dezembro de 2003, deverão encontrar-se distantes 50m (cinquenta metros) das áreas alagáveis naturais, sejam estas mananciais com característica hídrica de nascente, afloramentos, leitos de córregos ou rios";

CONSIDERANDO que, com a alteração sugerida a norma passaria a vigorar com a seguinte redação: "§ 1º Todas as edificações em Zonas Especiais de Interesse Ambiental Urbana (ZEIA – Urbana), demonstradas no ANEXO VII da Lei Complementar n. 072, de 30 de dezembro de 2003, deverão encontrar-se distantes 50 m (cinquenta metros) das áreas alagáveis naturais, sejam estas mananciais com característica hídrica de nascente, afloramentos, leitos de córregos ou rios. Poderá ser autorizada, após análise e aprovação do órgão ambiental competente, a execução de via parque dentro da faixa dos 50 metros, no limite máximo de 20 metros, mediante aprovação e execução de projeto que contemple a implementação de passeio acessível, ciclovia e cercamento do tipo gradil metálico, alambrado ou similar, com altura mínima de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) até a altura máxima de 3,00 m (três metros) junto as áreas verdes";

CONSIDERANDO que se constata evidente retrocesso ambiental, uma vez que será permitida a intervenção dentro da faixa de 50 metros dantes protegida, para abertura de vias, ciclovias e passeio públicos, reduzindo-se a preservação para apenas 20 metros;

CONSIDERANDO que tal estipulação pode culminar em desrespeito aos recuos mínimos estabelecidos pela legislação federal, uma vez que o art. 4º do Código Florestal determina que as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, bem como as faixas marginais de veredas, a partir do do espaço permanentemente brejoso e encharcado deverão contar com faixa de preservação em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, conforme previsão dos incisos IV e XI do Diploma Ambiental;

CONSIDERANDO, então, que a aprovação de execução de via parque, dentro da faixa de 50 metros, respeitado apenas o recuo de 20 metros, pode implicar em intervenção indevida em Área de Preservação Permanente de nascentes, ou leitos de córregos, rios, ou outros recursos hídricos previstos no art. 4º do Codex mencionado;

CONSIDERANDO que dar prosseguimento em projeto de lei municipal contrário às normas do Código Florestal implica em conduta ilegal, de forma que, assim agindo, os agentes públicos do Executivo Municipal, autores do Projeto de Lei atacado, bem como os agentes públicos do Legislativo que, eventualmente, derem andamento ao processo legislativo de aprovação da lei sem observância das irregularidades noticiadas praticam, em tese, condutas que ofendem ao princípio constitucional da legalidade;

CONSIDERANDO estar sedimentado na doutrina e jurisprudência nacionais que o princípio da legalidade na seara administrativa “implica subordinação completa do administrador à lei. Todos os agentes públicos, desde o que lhe ocupe a cúspide até o mais modesto deles, devem ser instrumentos de fiel e dócil realização das finalidades normativas”¹;

¹ Celso Antônio Bandeira de Melo, RDP nº 90, p. 57-58.

CONSIDERANDO, ainda, que nos termos do que dispõe o artigo 11, inciso I, da Lei n. 8429/92, “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência; [...]”

CONSIDERANDO que, diante de tais fatos, além da noticiada ausência de consulta a esse Conselho Municipal (ofício 027/2017/COMDAM) recomendou-se à chefe do Poder Executivo Municipal que retirasse a propositura o Projeto de Lei Complementar n. 15/2017, bem como que submetesse a proposta de lei à apreciação desse COMDAM (Recomendação n. 002/2017/11PJ/DOS);

CONSIDERANDO que em resposta à medida recomendada a Procuradoria Jurídica do Município informou que o projeto de lei sob comento foi retirado de pauta (ofício n. 21/2018/PGM), tendo ainda o órgão de fiscalização ambiental municipal comunicado que a retirada de pauta foi realizada tão logo constatada a ausência de manifestação e discussão junto ao COMDAM (ofício n. 004/2018);

CONSIDERANDO que, em caso de prosseguimento do projeto de lei para eventual aprovação, será necessário que os órgãos da Administração Pública submetam a proposta à análise desse Conselho Municipal, nos termos dos arts. 14, § 1º e 150, I da Lei Complementar Municipal n. 055/2002;

CONSIDERANDO que a constatação de irregularidades no Projeto de Lei Complementar n. 15/2017 demanda correta apreciação da proposta, vedando-se a aprovação de lei que configure retrocesso ambiental e zelando pelo respeito às normas de proteção federais, a fim de garantir a proteção ambiental necessária ao desenvolvimento sustentável de nosso município;

RESOLVE, em defesa do meio ambiente e da ordem urbanística e em observância ao princípio da legalidade e da proibição de retrocesso ambiental, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, RECOMENDAR à Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente que a apreciação do Projeto de Lei Complementar n. 15/2017, que altera dispositivo da Lei de Uso e Ocupação do Solo, a ser realizada por esse Conselho, seja pautada pelos princípios e normas que regem o ordenamento jurídico de proteção ambiental, vedando-se a aprovação de lei que configure retrocesso ambiental e zelando pelo respeito às normas de proteção federais, tais como respeito às faixas mínimas de preservação ambiental previstas pelo art. 4º do Código Florestal Brasileiro, a fim de garantir a proteção ambiental necessária ao desenvolvimento sustentável de nosso município.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao meio ambiente e à ordem urbanística, de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da presente, se a RECOMENDAÇÃO será acolhida por essa autoridade, sob pena de, não adotando as providências recomendadas, serem tomadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Encaminhem-se cópia desta Recomendação para publicação no DOMP/MS.

Por fim, em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n. 15/2007/PGJ, determino ao destinatário que promova a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Município.

Dourados, 19 de fevereiro de 2018.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

TRÊS LAGOAS

EDITAL N. 06.2017.00000801-4

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2017.00000801-4, que se encontra à disposição na Rua Elviro Mário Mancini, 860, Ministério Público Estadual, nesta cidade.

Inquérito Civil n. 06.2017.00000801-4

Requerente: Carlos Renee de Oliveira Venâncio

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação emergencial, ao valor de R\$ 2.419.911,00, de empresa para a prestação do serviço de transporte escolar dos alunos da zona rural do Município de Três Lagoas.

Três Lagoas, 16 de fevereiro de 2018.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 06.2017.00001697-0

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2017.00001697-0, que se encontra à disposição na Rua Elviro Mário Mancini, 860, Ministério Público Estadual, nesta cidade.

Inquérito Civil n. 06.2017.00001697-0

Requerente: Juliana Silvestre Mendes

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual ilegalidade e ato de improbidade pela informada contratação sem concurso da fisioterapeuta Ingrid Lino Batista, preterindo-se aprovados em concurso público manejado pela Prefeitura de Três Lagoas.

Três Lagoas, 16 de fevereiro de 2018.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 06.2017.00001602-5

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2017.00001602-5, que se encontra à disposição na Rua Elviro Mário Mancini, 860, Ministério Público Estadual, nesta cidade.

Inquérito Civil n. 06.2017.00001602-5

Requerente: Anônimo

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual irregularidade, notadamente superfaturamento, em licitação manejada pela Prefeitura de Três Lagoas para aquisição de kits de limpeza (Pregão Presencial 078/2017).

Três Lagoas, 16 de fevereiro de 2018.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 06.2017.00001013-1

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2017.00001013-1, que se encontra à disposição na Rua Elviro Mário Mancini, 860, Ministério Público Estadual, nesta cidade.

Inquérito Civil n. 06.2017.00001013-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual improbidade na contratação e na prestação de serviços pelo Município de Três Lagoas para a realização de evento festivo em Distrito de Arapuá.

Três Lagoas, 16 de fevereiro de 2018.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 06.2017.00000890-3

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2017.00000890-3, que se encontra à disposição na Rua Elviro Mário Mancini, 860, Ministério Público Estadual, nesta cidade.

Inquérito Civil n. 06.2017.00000890-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Selvíria

Assunto: Noticiados casos de nepotismo no âmbito da Prefeitura Municipal de Selvíria.

Três Lagoas, 16 de fevereiro de 2018.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL N° 001/2018/01PJ/AMB

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Amambai - MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000580-0, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta Cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000580-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Penitenciária de Amambai - PAM

Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência ao Albergado de Amambai

Assunto: Acompanhar e fiscalizar os estabelecimentos prisionais da Comarca de Amambai, registrando as atividades de inspeção e/ou visitas relativas ao ano de 2018.

Amambai/MS, 28 20 de fevereiro de 2018

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

CAMAPUÃ

EDITAL N. 01/2018/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00000616-4, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2017.00000616-4.

Requerente: Ministério Público

Comunicante: IBAMA

Requeridos: Wagner Lopes dos Santos

Assunto: “Apurar eventual irregularidade ambiental consistente na falsificação de DOF e aquisição de madeira irregular, equivalentes a 17,870m³ de lascas e palanques da espécie florestal Aroeira, bem como a situação jurídica ambiental da propriedade rural denominada Elizabeth, município de Figueirão/MS”.

Camapuã - MS, 21 de fevereiro de 2018.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA
Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

NIOAQUE

EDITAL Nº0002/2018/PJ/NOQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2017.00002329-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, 262, Centro, Nioaque/MS.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002329-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal ou outro dano ambiental na Fazenda Varjão.

Nioaque/MS, 21 de fevereiro de 2018.

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO
Promotora de Justiça

EDITAL Nº0003/2018/PJ/NOQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000220-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, 262, Centro, Nioaque/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000220-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Paraíso (Operação "Cachorro-Vinagre").

Nioaque/MS, 21 de fevereiro de 2018.

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO
Promotora de Justiça

TERENOS

EDITAL Nº 0001/2018/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da Comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar no endereço situado na Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000088-1.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido:

Assunto: Apurar possível dano ambiental em área de Preservação Permanente, supostamente praticado por Anderson dos Santos Cout.

Terenos/MS, 08 de fevereiro de 2018.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça